



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 10

Sessão Ordinária Abril

3.ª Reunião de 02/05/2014

Aos dois dias do mês de Maio do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Vogal Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Primeira Secretária, e a Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Antero Marques dos Santos, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Maria Odete Gomes da Costa, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Nesta reunião, faltou a Vogal Anabela de Almeida Saraiva.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, António Manuel Soares Nogueira de Lemos, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Maria José Teixeira de Morais Afonso França, Jorge Carvalho Arroiteia, Victor Manuel da Silva Martins, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Manuel Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e Ivar Jorge Alves Corceiro, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Maria Leonor Nunes dos Reis, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de

Almeida Saraiva, António dos Santos Costa, Aida Isabel Pereira Tavares, e Maria Odete Gomes da Costa.⁰⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por, Silvestre Paiva da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Ana Manuel Torres Pereira, e António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa:⁰⁰³

“Quería apenas, muito brevemente, dar indicação que recebi na passada 4.ª feira a decisão do acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, indeferindo a Providência Cautelar (e dando razão à decisão de 1.ª Instancia) que foi colocada relativamente ao regimento desta Assembleia, que foi colocada pelo Senhor deputado Jorge Nascimento. Era apenas isto, sem mais comentários.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁰⁴

“Era um pedido à Mesa, para que de igual modo, anunciasse a este plenário que há quinze dias a câmara municipal e todas as juntas de freguesia, receberam editais de uma Ação Administrativa Popular, que convoca todos os cidadãos aveirenses, citando-os para responderem à Ação definitiva.

Enquanto o procedimento cautelar era uma mera cautela, está agora uma Ação definitiva que tem todos, todos os cidadãos aveirenses citados, por causa deste magno problema que é o de não termos palavra. Não percebo por que a Mesa não deu essa notícia também para assim divulgar – porque essa sim tem importância!”

PONTO 5. — APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁸

“Eu obviamente não vou fazer nenhuma introdução, até porque setenta ou oitenta por cento da abordagem a esta matéria fomo-la fazendo em todos os pontos que percorremos até aqui. E portanto, ficarei ao dispor para alguma questão, para algum esclarecimento de participação no debate que a Assembleia entenda neste mecanismo, neste processo de apreciação. Sabendo que, repito, já fizemos múltiplas abordagens em várias das componentes no relatório.

Sabendo que obviamente é um documento importante, fizemo-lo sumário. Chamando a atenção aos membros da Assembleia Municipal que assim o entenderem que o conjunto enorme de documentos anexos que o relatório tem, obviamente está ao dispor para consulta presencial de quem o quiser fazer, nomeadamente os documentos produzidos pelos funcionários que estiveram envolvidos diretamente na produção do relatório de auditoria. Muito Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados municipais, membros do executivo e demais presentes. Antes de iniciar esta minha intervenção sobre o relatório queria apenas enviar cumprimentos democráticos ao Dr. Jorge Nascimento, pelo esforço que tem vindo a desenvolver no âmbito do Regimento desta Assembleia Municipal.

Em relação àquilo que está escrito no relatório de auditoria interna, dizer o seguinte: efetivamente, uma revisitação daquilo que foram as posições políticas do PCP ao longo dos dois mandatos anteriores do PSD-CDS, encontrar-se-á aí parte substancial das críticas que agora esta auditoria faz ao passado dos executivos camarários. Da nossa parte não há assim uma estranheza àquilo que lá está escrito.

Dizer ainda o seguinte em relação à natureza deste relatório de auditoria interna. Primeiro, legalmente não é uma necessidade. Isto corresponde a uma vontade deste executivo camarário, não é de lei, se assim se quiser. Em nosso entender não há portanto nenhuma obrigação de fazer esta auditoria.

Esta auditoria tem outros propósitos e tem outros fins. Disfarçáveis ou dificilmente disfarçáveis, que é procurar colocar o conta-quilómetros a zero em relação àquilo que tem sido as sucessivas gestões camarárias do PSD-CDS na autarquia de Aveiro.

A realidade porém é que isso não é possível. Não é possível porque de facto o PSD e o CDS ao longo dos últimos oito anos aqui, foram apoiantes firmes, dessas gestões camarárias. Portanto é impossível agora fazer esse exercício de branqueamento, ainda que consigamos perceber, face à gravidade não só da situação financeira, como aquilo que é a situação geral da autarquia de Aveiro, haja agora a tentativa de colocar o conta-quilómetros a zero, procurar branquear, lavar as mãos, fazer de conta que nada aconteceu no passado.

Em relação a outros elementos do relatório, a situação financeira já aqui foi aflorada noutros pontos, ao facto da dívida de curto prazo ter aumentado, haver uma dívida global que ronda os 150 milhões de euros, o incumprimento da Lei dos compromissos que está mais que provado e dos limites de endividamento, motivos esses que justificam agora para que não se fizesse obra durante tanto tempo.

Enfim, há ainda o caso da MoveAveiro e este caso é particularmente simbólico porque se houve motivo de francos debates, duros, dentro e fora desta Assembleia, em que o PCP e outras forças da oposição também se revoltaram contra a concessão da MoveAveiro, confirma-se agora aquilo que mais se temia, portanto foi um negócio ruinoso para a empresa. Entre outros negócios, enfim, o caso da RODIMO que é outro caso mal explicado, que de facto é ininteligível aos olhos de qualquer gestão minimamente intelectualmente sana e honesta.

Do nosso ponto de vista há aqui outras situações, o caso da ligação à A25, a rotunda do Botafogo, enfim. Há aqui alguns aspectos que o relatório coloca como necessidades e urgências do concelho — e em nosso entender coloca justamente. Portanto a valorização do parque escolar, a necessidade de reforçar a rede viária, os canais, os

edifícios municipais, a habitação social, tudo isto são elementos com os quais o PCP não deixa de estar de acordo.

E terminava esta minha intervenção para dizer isto: é que efetivamente este relatório não tem qualquer necessidade legal. Este relatório visa unicamente desculpabilizar a gestão que o PSD-CDS fizeram e, portanto, de alguma forma libertarem-se desses ónus que foram tão negativos para este município.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Ernesto Carlos Rodrigues Barros e Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro)

Vogal Odete Costa (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[oio](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados. A Câmara Municipal de Aveiro vem aqui anunciar que o senhor La Palice ainda estava vivo momentos antes da sua morte! O documento que aqui nos trazem mostra-nos o que todos já sabíamos. O Senhor Presidente Ribau Esteves bem nos pode dizer que do concelho distante de onde vem não chegavam notícias de Aveiro. Mas nós não esquecemos os temas centrais da campanha e não nos esquecemos do que o Senhor Presidente nos prometeu, como a reforma da Educação, na Ação Social, no desenvolvimento económico e emprego, reclassificação urbana. Prometeu-nos tudo isto e muito mais, onde já discutiam 140 milhões de dívida. Ou seja, exatamente os valores que aqui nos são apresentados!?

Senhor Presidente, na época não teria calculadora ou simplesmente mentiu aos aveirenses?

Então agora vem-nos falar em necessidades absolutas de conhecer a realidade? Isto serve o quê? Isto serve as desculpas daqueles que aqui votaram as opções desastrosas do anterior executivo. Quer branquear essas responsabilidades? Ou então querem-nos propor uma chantagem que é tão típica das coligações PSD-CDS que tanto gostam — a chantagem da dívida. Justificam aumento de impostos aos aveirenses e a destruição total dos serviços públicos?

Nós lembramos bem qual foi a primeira medida do Senhor Presidente Ribau Esteves — aumentar o IRS aos Aveirenses!

Mas neste documento se é certo que o valor da dívida não é novidade para ninguém, é certo que este documento nos mostra os verdadeiros responsáveis por este estado de coisas nas contas públicas. A dívida da autarquia não está neste valor por usufruto dos cidadãos. Nem muito menos pelo empréstimo dos palcos da autarquia para aquilo que são as manifestações populares e do usufruto dos trabalhadores.

Mas sim, o resultado destas contas da autarquia é o privilégio que tem sido dado aos gestores incompetentes e à promiscuidade entre dinheiros públicos e interesses privados.

Já foram aqui lembrados as irregularidades da fusão da TEMA com a Aveiro Expo — que está por explicar e necessitamos de uma explicação mais profunda sobre isto. A deliberação de extinção da EMA que já devia ter sido extinta em 2011. Foi uma criação ruinosa que já deveria ter sido extinta há muito. O Parque Desportivo de Aveiro. Pois bem, aqui temos as verdadeiras responsabilidades. E é necessário chamar os responsáveis a pagar por isto e não apresentar mais contas e mais impostos aos aveirenses.”

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰¹¹

Vogal Santos Costa (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou tentar ser breve aproveitando o pouco tempo. Li o documento todo, embora começa-se a sentir um certo agastamento, um certo desgaste, na leitura continuada e atenta que estava a fazer ao documento.

Como instrumento de gestão e de referência, não tem nada meu caro amigo e senhor Presidente Ribau! De auditoria só tem o nome ou o título. E quanto a mim muito mal. Peço desculpa, porque o meu entendimento de auditorias é outro. Não tem ficha técnica — condição sine qua non para qualquer auditoria; não tem a natureza da ação; não tem o âmbito e o objetivo; não indica a metodologia nem condicionalismos; nem indica uma coisa que é essencial, que é a equipa técnica e a competência técnica das pessoas que são os auditores.

O que deve ser considerado não se vislumbra. E a intenção deste documento, fiquei sem saber se era tratar uma auditoria administrativa ou uma auditoria contabilística, uma auditoria à gestão ou uma auditoria ao desempenho ou cumulativamente uma auditoria articulada, que era o que eu esperava do senhor Presidente em termos de auditoria.

De uma forma mais sucinta, sem uma identificação clara dos respectivos e verdadeiros e competentes auditores, e ainda de alguém capaz de fazer a coordenação das diversas matérias que ali são a floradas, capaz de identificar os desvios encontrados e referir a estratégia apontando uma ou várias soluções para quem depois de direito, possivelmente o senhor Presidente e a sua câmara fazer tomar as decisões certas. As auditorias servem para isto. Este documento não serviu para isso.

A prossecução dos verdadeiros interesses do município de Aveiro, as dificuldades em que o município e o país se encontram, merecia outra atenção e outra decisão.

No documento em discussão, poderei concluir que o único objetivo do documento em causa foi a preocupação de continuar a procurar (e permita-me o termo que pode parecer um bocado intensivo, mas não posso deixar de o dizer), a basculhar, algo que seria suposto estar escondido. E afinal de contas a “montanha pariu um rato”! O que encontraram foi aquilo que já aqui foi referido e muitos dos presentes conhecem e até aqui votaram e os ausentes já conhecem.

Nunca foi professor, mas estou convencido que como aluno que fui, se tivesse sido pedido a um professor uma nota a este documento ele não poderia deixar de ser negativo.

Conheço bem o Senhor Presidente. E sei que ele é capaz de fazer mais e melhor. E o desafio fica feito: abandone o passado e esqueça-se de apontar. Porque não está certo comparar coisas que não são comparáveis e este documento fá-lo. Quando se fala de Passivo tem de falar de Ativo. Quando fala de ativo circulante tem de falar de passivo circulante — e mais não digo. Muito obrigado”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹³

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁴

“Boa noite Senhor Presidente, Executivo, colegas da Assembleia, público presente. A minha intervenção obviamente não era para começar por aqui, mas depois de um atestado de incompetência às chefias de muitos anos da Câmara Municipal, depois de atestado de incompetência aos funcionários que esta Câmara têm há muitos anos, que conhecem processos, conhecem sinergias, depois de atestado de incompetência a funcionários que têm acompanhado por muitos anos problemas desta autarquia,

realmente dizer que os nossos funcionários não são capazes de apresentar um documento desta relevância é de lamentar!

Parece-me que se alguém queria uma auditoria na verdadeira acessão da palavra daquilo que ele pode importar, então paguem-no do bolso ou então peçam a uma instituição privada e apresentam a esta câmara, porque é mais do que clara que neste momento não há dinheiro para “basculhar” (segundo as palavras do nosso amigo Santos Costa) o que se passa na autarquia de Aveiro. Eu queria dizer que se é isso que pensam dos serviços da Câmara Municipal de Aveiro, da dedicação e do empenho de todos os que ajudaram a construir este documento, é lamentável.

Queria relativamente à auditoria, não vou dizer aquilo que aqui já falámos muitas vezes, da questão da dívida, dos compromissos, já isso tudo sabemos, já aqui foi mais recalcado, apenas dizer o seguinte: este documento é um documento guião. É fundamental para que a estratégia que esta Câmara pretende implementar na busca para a solução para os problemas da autarquia, é fundamental para que esta estratégia seja implementada. E portanto, teria que se começar por algum lado. Esta auditoria é um dos pilares base dessa governação. Se não fosse este documento seria eventualmente outro. Mas uma coisa é certa, quem chega tem de tomar conta daquilo que tem em mãos, tem de se aperceber dos problemas e tem de decidir em conformidade.

A nossa Câmara precisa de credibilidade junto dos credores. Junto das instituições. Mas também precisa de credibilidade para além disso. O Município, todos aqueles que precisam dos serviços da Câmara Municipal, precisam de acreditar que tem uma Câmara que pretende o melhor por muita dificuldade que isso signifique em termos de implementação de um serviço de qualidade que dê respostas é isso que é preciso que Aveiro neste momento tenha. Não vamos esquecer que o processo já começou com o processo da nova estrutura e que obviamente a implementação dessa estrutura obriga a que procure a eficácia, obriga a que se descubra soluções. É isso que importa depois de lermos a auditoria é isso que importa. O futuro passa por mais investimento, passa por outro tipo de decisões, que de facto nos mudem de posição, que nos façam, como já disse e volto a repetir, que as pessoas acreditem que temos um autarquia que quer honrar os seus compromissos e é isso que importa. O resto é política, como se costuma dizer e não dá soluções. Disse.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁵

Presidente da Mesa⁰¹⁶

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁷

Presidente da Mesa⁰¹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²¹

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²²

“Boa noite senhor Presidente, senhores deputados, senhores vereadores. Muito rapidamente, vejo nas intervenções que me antecederam alguma surpresa por ter sido feito uma auditoria. Alguma pesquisa sobre o que é uma auditoria ou pelo menos o que é o nome de uma auditoria, não vejo qual é a surpresa!

Na Câmara de Aveiro há oito anos foi feita uma auditoria. Há pessoas que há oito anos estavam de acordo e agora estão surpreendidas!?! Noutras Câmaras que mudaram politicamente também foram feitas auditorias, também foram publicados os resultados. Lembro, porque é notícia nos últimos dias, de uma determinada Câmara que tinha oito

telemóveis e não sei quantos IPADs, milhares de euros de telecomunicações, à conta dele não era da Câmara. Isto é uma auditoria. Não sei se foi alguma empresa externa ou não, se foram os quadros da própria Câmara.

Agora, permitam-me que vos diga: a maioria dos quadros da Câmara eu conheço-os, trabalhei com eles há uns anos e conheço-os e sei que têm competência para fazer um trabalho destes. Aliás, reconhecido por quem esteve na Câmara até há uns meses atrás porque os manteve como dirigentes da Câmara ao longo de oito anos e, portanto, se os manteve ao longo de oito anos, tendo possibilidade de proceder a substituições, é porque confiava e achava que o trabalho dessas pessoas era válido.

Último lamento. Há aqui questões que são colocadas que mereciam resposta. E é pena que nessa bancada pudessem estar pessoas que nos pudessem dar respostas concretas sobre algumas das questões que estão aqui, mas tenham preferido comodamente em casa e não vir dar essas respostas.”

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰²³

Vogal Santos Costa (JPS)⁰²⁴

Presidente da Mesa⁰²⁵

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰²⁶

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Senhor Presidente e caros colegas. Eu quero assumidamente na minha intervenção acerca desta matéria falar do passado. E de uma forma absolutamente desassomburada. Porque sistematicamente vem à colação os oito anos de mandato do D. Alberto Souto e do Partido Socialista na Câmara. E eu quero falar disso com tranquilidade e desassombro. E para o efeito trago aqui dois documentos: um de Março de 2007, que é a auditoria encomendada pelo município de Aveiro. E um outro que é uma auditoria financeira da Inspeção Geral de Finanças, mais ou menos da mesma altura, mas que corresponde ao mesmo período político na Câmara.

Eu vou-me escusar de dissecar estes documentos porque eles foram objeto de reflexão política quer na Câmara Municipal que nesta Assembleia no tempo próprio. Mas não quero deixar de dar apenas uma amostra da grandeza dos números que estes dois documentos contêm. E um na página dezassete diz que a Dívida do município é de 150 milhões de euros e o seu Passivo de 166,7 milhões. Na IGF, apesar de não ser possível estabelecer e indicar um número para comparar os moldes em quês esta auditoria foi feita, os indicadores apontam para números da grandeza dos 161,145c. Ou seja, bastante longe daquilo que no primeiro mandato do Dr. Élio Maia se dizia das dívidas de 200 milhões e depois de 250 milhões, até de 300 milhões se falou se bem estou recordado!

Dir-me-ão muitos de vós que aqui não estiveram na altura. Em que é que a Câmara da época se alicerçava para poder enunciar números de dívida tão elevados? Eu posso responder porque então estava na Câmara de depois estive na Assembleia Municipal. Em nada. Não tinha justificação.

A IGF veio cá de modo próprio, mas Câmara Municipal da época encomendou esta. Mas esqueceu do que aqui estava escrito e andou a fazer alarde de uns quantos milhões que não sabia explicar! E é estranho encomendar-se uma auditoria, virem lá dissecados e justificados determinados montantes de dívida e de passivo e depois falar-se em outro tipo de dívida e de passivo substancialmente superior.

A discussão ao longo do tempo naturalmente que não foi séria acerca desta matéria. Até porque foi sempre esquecido pelo executivo municipal e pela maioria que o suportava (e muitos dos senhores aqui estavam à época), em relação aos ativos criados

durante esses oito anos de mandato do Dr. Alberto Souto. E são muitos. Olhem desde logo o edifício onde estamos aqui sentados. Os Paços do Concelho, o Teatro Aveirense, os Muros da Ria, enfim — e um estádio municipal. Mas Vexas sempre acusaram o Dr. Alberto Souto de despesismo. O que também não deixa de ser estanho, por uma razão simples. Os factos dizem-nos, e os factos são as actas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, que durante esses oito anos não tem por única vez um voto contra de todas as forças políticas que tomavam assento contra essas obras. Não há votos contra. E portanto é estranho dizer-se que era despesista, mas depois votava-se a favor de todas as obras. Todas, não há uma exceção. No final desses oito anos, mais de 95% do território municipal estava coberto por rede de água e saneamento. Nenhum município da região chega tão perto desses números.

Nenhum. E isso custou muito dinheiro ao município? Custou. Foi uma decisão política do executivo do partido socialista? Foi. Apoiado unanimemente por todas as forças políticas? É verdade. Com uma permissão legal da Lei das Finanças Locais da época — também é verdade. E portanto, com o quadro legislativo da altura, com o apoio de todas as forças políticas, com a visão desse executivo municipal, foi possível que Aveiro desse um salto qualitativo absolutamente notável no contexto do municipalismo português. E isso foi inequívoco. Aliás, Vexas tirem de lá o estádio, que de facto foi responsável pelas grandes dificuldades com que a Câmara ainda hoje se confronta, e naturalmente que para um município como o de Aveiro... (ouvem-se vozes).

O estádio e as suas acessibilidades, números redondos, custaram 65 milhões de euros. E portanto, com os dados da época, com as decisões da época que muitos se orgulham e usam, esta era a primeira nota.

Agora, qualificar se o documento que é presente para nossa análise consubstancia ou não uma auditoria. Eu olho para os outros dois documentos que trouxe e eles parecem-me diferentes na abordagem e na metodologia.

Eu chamar-lhe-ia, perdoem-me a simplicidade da linguagem, um apanhado das dificuldades e dos grandes dossiers que a Câmara atualmente se confronta.

E de facto, há aqui um conjunto de informações relevantes, algumas delas cujos indicadores de gestão estão nos relatórios de gestão que abordámos e sobre os quais nos debruçámos nas anteriores sessões e que não deixam de revelar algumas preocupações do ponto de vista financeiro, do ponto de vista económico, do ponto de vista das opções políticas algumas um tanto ou quanto incompreensíveis e que foram tomadas no mandato anterior, e sobretudo na ausência de direção que a maioria PSD-CDS no anterior mandato não detinha. Diz o nosso povo, navegava-se um pouco à rola. Era para onde soprava o vento. Há inúmeras provas desse tipo de decisões.

E portanto, há uma grande preocupação da nossa parte em relação às informações que são reveladas. E gostaríamos também de dizer que de facto o documento é opinativo. Muitas vezes não está suficientemente justificado pelas afirmações que aqui são produzidas e era importante que o fossem. E sobretudo há aqui indício de ilegalidades, algumas que podem configurar ilícitos mais graves, que importaria perceber qual é a atitude que a Câmara pretende levar a cabo? E para já é tudo.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Boa noite. Relativamente ao documento que nos é aqui apresentado chegou o dia de o discutirmos, sendo que o senhor Presidente da Câmara gerou de facto neste tempo alguma expectativa relativamente àquilo que seria o conteúdo do mesmo e, portanto, eis-nos perante o mesmo e perante a assembleia municipal o facto de termos de analisar.

Eu diria que do ponto de vista do documento que nos é apresentado, nós temos aqui um conjunto de perspectivas sobre o qual podemos analisar o mesmo. Do ponto de vista técnico, podemos continuar a discutir se é auditoria, se não é auditoria, é evidente que esta análise depende muito da interpretação e do conceito que temos sobre auditorias. Eu tenho a minha, mas acho que isso é completamente irrelevante. Agora do ponto de vista do conteúdo do mesmo, partindo do pressuposto que é uma auditoria, e não pondo nunca em causa a competência dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro, diria que é muito mais interessante na perspectiva da auditoria olharmos para o Relatório de Acompanhamento do Plano Saneamento Financeiro que aqui discutimos na última sessão. Como é muito mais interessante olharmos no plano da auditoria olharmos para o relatório que acompanhou para a aprovação de Contas do ano 2013. Portanto, penso que daqui se deduz qual é a minha interpretação sobre aquilo que é o conteúdo deste documento. Diria que se olharmos para estes dois documentos estaremos muito mais apetrechados para discutir aquele conceito que deve ser pensado e é normal para uma auditoria económico-financeira. E portanto, ai diria que estes dois documentos permite-nos ter uma análise muito mais cuidada sobre o assunto.

Posto isto, vamos a uma outra perspectiva, que é para que serve este documento? Diria que nessa perspectiva é redundante, mas do ponto de vista político este documento não é redundante.

E não é redundante porque de facto foi criada uma expectativa relativamente à apresentação do conteúdo do mesmo e portanto importa retirar daqui algumas ideias que eu penso que são relevantes do ponto de vista político. A primeira é que há claramente um objetivo de distinguir os atores. Os atores que terminaram o seu mandato nas últimas eleições e os atores que estão agora aos comandos do executivo da Câmara Municipal. Portanto penso que é um objetivo claro relativamente a isto. Há aqui um objetivo que se pode deduzir a partir desta que é a seguinte: os atores mudaram, mas as forças políticas são as mesmas. Esta é uma situação factual. Portanto mudam os atores mas não mudam as forças políticas que continuam ao comando da Câmara Municipal.

E penso que também há mais uma questão que é importante realçar. Isto não é nenhuma surpresa! Tirando questões pontuais, quem acompanhou de forma acentuada a vida do município nos últimos quatro anos (e eu só posso falar dos últimos quatro anos), diriam que são raras as questões que nos podem causar espanto. E portanto a narrativa que aqui está feita neste documento teria sido feita de forma mais assessorada por exemplo se o Senhor Presidente tivesse pedido o auxílio ao Partido Socialista, que teria tido muito gosto em dar-lhe alguma desta informação, que reiteradamente nós aqui sempre afirmámos. É evidente que a questão dos atores se aplica ao executivo municipal, mas quanto à Assembleia Municipal nem todos mudaram. Há aqui atores que sabem muito bem do que estamos a falar quando olhamos para este documento. E que ao contrário do Partido Socialista corroboraram algumas ações que como está à vista de todos eram perfeitamente inadmissíveis do ponto de vista de uma Câmara Municipal.

Finalmente, do ponto de vista político importa também do meu ponto de vista retirar algo relevante. Este documento marca o fim do tempo onde nós podemos a partir daqui expurgar a gestão do município nos anos anteriores. Agora vamos partir para outra etapa que julgo é esse o desejo do Senhor Presidente. Ou seja, vamos então trabalhar soluções, vamos então gerir o município sobre outra perspectiva. Este é o desafio que está em cima da mesa. E vamos deixar-nos de andar aqui sempre a procurar um conjunto de questões que embora sejam verdadeiras e catastróficas, não devem servir para alimentar mais nenhuma questão aqui nesta Assembleia.

Três notas finais. O FAM aparece aqui novamente como elemento fundamental naquilo que é a estratégia do município para o futuro que se avizinha.

Uma outra questão que não deixa de ser preocupante é uma chamada de atenção para questões que aparentemente configuram algumas ilegalidades.

E finalmente, e penso que esta é a questão mais relevante numa óptica de futuro. Nós estamos em Maio de 2014, esta Assembleia não conhece nenhum elemento económico ou financeiro da Câmara desde 31 Dezembro 2013!?! Não apresentou na Comunicação Escrita, não estava no Relatório de Contas, e não está no relatório de auditoria que supostamente tem a data de Abril de 2014.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Boa noite a todos. Mesa, Câmara, Caros colegas. Já se falou aqui muito do relatório, falou-se muito pouco do seu conteúdo. Houve aqui muitas críticas à forma como ele é apresentado, à nomenclatura utilizada, se é relatório de auditoria, se é um RX, se é um eletrocardiograma, se é uma base de trabalho. Criticou-se tudo, só falta criticar o tipo de letra, o espaçamento, esse tipo de coisas.

Eu pergunto aqui: será que preferíamos trabalhar na incerteza? Continuar a trabalhar no nevoeiro, tomar medidas que poderiam não ser as indicadas para melhorar a nossa situação? Eu sinto que neste momento temos uma base de trabalho, temos uma fotografia, temos uma imagem do estado em que está o nosso município. Se calhar então agora podemos tomar as medidas certas que nos ajudem a atingir a sustentabilidade.

Este documento é um documento incómodo, que acho que nos preocupa a todos pelo seu conteúdo. Foi um compromisso desta candidatura que afirmou que uma das primeiras coisas seria verificar o estado do município e dou os parabéns à Câmara por ter apresentado tão rapidamente esta situação. E aproveito também para agradecer a coragem deste executivo para apresentar aqui este documento com todos os números e com todas as preocupações que ele apresenta. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Santos Costa)

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)[030](#)

Vogal Odete Costa (BE)[031](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[032](#)

Presidente da Mesa[033](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“Eu gostaria de começar por esclarecer que os aveirenses tiveram o discernimento para distinguir responsabilidades no que se passou no mandato anterior e nos eleitos que escolheram para o Executivo e para a Assembleia Municipal. Penso que foi extremamente útil para a clarificação da situação que o Senhor Dr. Élio Maia, anterior presidente da Câmara de Aveiro, se candidatasse de novo ao cargo, para perceber que os aveirenses distinguem o que o Dr. Élio Maia fez, daquilo que o Eng. Ribau Esteves se propõe fazer enquanto presidente eleito.

Eu acho que isso é útil que recordemos isso. Porque estar sempre a voltar ao passado para justificar a nossa argumentação não nos traz garantidamente nada de novo, particularmente depois (repito) dos aveirenses se terem pronunciado a favor desta maioria que atualmente governa a Câmara.

Segunda questão. Eu achei muita graça ao facto de se passar uma parte substancial do tempo que aqui temos se isto é um relatório de auditoria, se não é um relatório de auditoria! Acho espantoso. Pensava era que todos nós se preocupavam em saber qual o ponto de situação da Câmara. E melhor ou pior, com mais deficiências ou menos deficiências, o ponto de situação da Câmara está neste documento. Deixemo-nos de conversas e de semânticas. O que eu não vi foi ninguém desmentir que a Câmara tem uma dívida total formalizada 140.205.608,33€.

Ainda não vi ninguém contraditar o facto de haver uma dívida não formalizada de 11.097.833,74€.

Ainda não vi ninguém contestar o facto de haver acordos de pagamento em incumprimento.

Ainda não vi ninguém contestar o facto da lei dos compromissos não ser cumprida.

Ainda não vi ninguém contestar o facto dos limites de endividamento não terem sido respeitados, etc, etc, etc.

Era isso que eu gostaria de ver. Porque quando me vem para aqui falar do exercício do contraditório, eu só tenho a dizer: o direito ao contraditório deveria ser feito hoje já — não o foi!?

O direito ao contraditório deveria ter sido feito na Câmara Municipal de Aveiro, na reunião do executivo. Aliás, o anterior Presidente da Câmara foi eleito vereador e não está presente — fez-se substituir, não é.

O direito ao contraditório existiu sempre. Mas o objetivo deste trabalho é claramente nós podermos partir para uma posição diferente. É estar de acordo com o Francisco Picado e dizer que nós vamos ser diferentes, vamos fazer diferente daquilo que foi feito até aqui. Este é o objetivo deste relatório. É saber exatamente em que ponto nos encontramos, para saber como é que vamos sair dele e chegarmos ao ponto onde queremos chegar e que foi claramente expresso na campanha eleitoral e que os aveirenses aceitaram e que certamente iremos lá chegar. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁵

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. Deixar claro duas ou três coisas. Este é um ato político, ponto final parágrafo. Aqui não há nenhum ato de obrigação legal, aqui não há nenhum normativo técnico ou financeiro para ser praticado. Este é um ato político. E um ato político em nome de um compromisso, um compromisso assumido com os nossos cidadãos eleitores, em momento próprio, na campanha eleitoral, que foi dizer que: quando chegarmos à Câmara seremos herdeiros de toda a herança, do que ela tem de bom e do que ela tem de mau; vamos tirar a fotografia da realidade e dá-la a conhecer a toda a gente; vamos implementar um processo profundo de reforma em termos organizativos e em termos financeiros. E aqui há apenas isso. Há um ato político de cumprir um compromisso e de não permitir que a discussão dos próximos quatro anos, dos próximos oito anos, seja o ponto de situação da nossa Câmara Municipal. Esta é uma opção política clara e cristalina. Por mais que haja pessoas preocupadas com questões de deleite; por mais que outros se preocupem em fazer, com seis meses de trabalho, a avaliação de quarente e oito; por mais esforços que outros façam para julgar a história naquela que foi a performance do Executivo liderado pelo Presidente A ou pelo Presidente B; repetir que, para nós, não estamos minimamente interessados em nada disso. O nosso interesse é percebermos bem o que é que temos em mãos, partilharmos essa verdade com os donos do nosso Município que

são os nossos concidadãos, e, em cima dela, fazer todo o trabalho para reformarmos, como é prioridade do mandato, a organização e reestruturarmos a sua estrutura financeira, e executarmos um conjunto de objetivos que estão definidos com toda a clareza no compromisso que assumimos. E, portanto, não vale a pena tudo o resto.

O Santos Costa, teve que se ausentar, entendeu que a montanha pariu um rato. Enfim. Olhem, só para falar de um dos ratos. Um rato de onze vírgula um milhões de euros, evidentemente que não é um rato. É um boi grande. É um bicho, é um elefante grande. Porque não é normal em processos deste género porem-se, em cima da mesa, onze vírgula um milhões de euros. Não é normal. Isto é, de facto, um grande elefante. Não estamos aqui a falar de ratos. Tomáramos nós termos encontrado meia dúzia de ratos e estaríamos felicíssimos. Porque é bom termos consciência que quem estaria mais interessado em encontrar apenas alguns ratos e uma situação boa e tranquila era eu e os Vereadores que comigo governam a Câmara Municipal. Não tenham disto a menor dúvida. Mas essa não é a questão. O ato político é o ato político de sabermos bem o que é que temos em mãos, cadastrar dossiers que, pela sua natureza, têm uma gravidade particular e de, em cima desta fotografia ou auditoria, enfim, as várias terminologias que vocês usaram, todas elas são aceitáveis, nós fazermos o nosso trabalho, deixando claro nos donos desta realidade qual é essa mesma realidade. Este é um exercício que fizemos com todo o gosto, fizemos internamente por dois motivos. Primeiro, por um motivo de estruturação de equipa. Nós precisamos da nossa estrutura. Nós os cinco, sozinhos, não conseguimos nem sequer acender a luz do edifício, quanto mais governar o Municípios. O Município tem uma estrutura de recursos técnicos, financeiros – os que tem – e humanos. E esta é a estrutura que nós temos que lidar com ela. Mas temos que lidar mesmo e temos que a mobilizar para a causa, porque se nós não a mobilizarmos para a causa voltamos ao mesmo problema de nem sequer conseguirmos acender a luz. E este foi o primeiro motivo pelo qual a auditoria foi interna, pelo qual a fotografia foi tirada por gente de dentro. E também por uma questão de responsabilização, porque quando quem fotografa é gestor da paisagem que está a ser fotografada, obviamente, que tem um conjunto de responsabilidades diferentes naquilo que é a disfunção entre a fotografia e a paisagem do que quando é um entidade externa que, por mais errada que esteja a fotografia que ele tiraram, tem sempre uma desculpa boa porque são entidade externa. Segundo motivo, não temos dinheiro para pagar auditorias. Não temos trinta mil contos, nem cento e cinquenta mil euros, nem coisíssima nenhuma, nem justificação legal para fazermos essa despesa. Nós estamos a fazer algumas despesas que estão para além daquilo que é a leitura linear de alguns instrumentos legais, nomeadamente a lei dos compromissos, mas que as justificamos em cada um dos despachos pelo seu relevante interesse público, por questões de segurança, etc., etc. E temos um limite para que cumpramos a lei o melhor possível, como não pode deixar de ser, é nossa obrigação e opção política. Um segundo motivo menos importante que o primeiro, porque queremos deixar claro que se não existisse o segundo motivo chegava e sobrava o primeiro para nós termos feito este processo com a nossa gente, com os chefes de cada uma das unidades orgânicas, com as suas equipas, porque os objetivos deste processo têm uma elevadíssima importância para a gestão da Câmara Municipal, hoje, no mandato que temos em mãos e, seguramente, nos mandatos que se vão seguir.

É evidente que há aqui questões com as quais eu não vou perder tempo, porque é perder tempo. A Aida Tavares está, pelo menos, a precisar de ler a Lei das Finanças Locais, perceber, minimamente, alguns instrumentos básicos do que é uma câmara. Além de mais, estarei disponível para a ajudar a esse nível. Não vale a pena dizer coisas que não têm nem pés nem cabeça, um conjunto de disfuncionalidades que

referenciou, nomeadamente a relação da dívida com a receita. Enfim... um conjunto de coisas que não têm sentido nenhum. Seguramente que uma leitura atenta da lei chegará para perceber que disse um conjunto de coisas que não tem nem pés nem cabeça, sem qualquer sentido objetivo, formal. Político têm, e, aqui, vou à outra questão e volto atrás, um bocadinho, à questão política. É muito importante termos consciência do processo político, eu sei que há membros da Assembleia que voltarão a esta matéria até ao final do mandato, e nós também cá voltaremos para os acompanhar, com todo o gosto e encanto. Mas deixar claro que o processo político é o que é. E em Portugal há uma mania de levar os líderes até à cova, mesmo quando eles são reconhecidamente maus. E aquilo que aconteceu, no Partido Social Democrata e no Partido Popular, antes dos aveirenses, que são o nosso patrão e o nosso cidadão eleitor, há duas entidades antes dos aveirenses que foi o Partido Social Democrata e o Partido Popular que decidiram não desonrar a história, nem apagar a história. Apenas construir um caminho diferente para o futuro que temos pela frente. Ninguém apagou a história que o Dr. Marques Pereira referenciou. Está como está. Discutível os números, tanta coisa, mas é o que é. É a vida. Agora, houve duas entidades que decidiram mudar de caminho. E a vantagem que este processo político tem é que os responsáveis pela gestão dos últimos dois mandatos, nomeadamente do último, foram a votos. Deu um jeito imenso para que os cidadãos, aí sim chamados ao processo, tomassem decisões de uma clareza meridiana. E este é o processo político que interessa. Obviamente que tudo o que vocês disseram é muito interessante, dá exercícios de dialética política do melhor. Com certeza. Nada é absurdo, nem fora do contexto, nada. Eu procuro é ter, aqui, uma atitude pragmática e objetiva olhando ao processo político que interessa, determinado pelo ato eleitoral mais importante, independentemente das dores do que está antes ou do que o que está depois. É, de facto, o resultado das eleições que interessa. É evidente que eu tenho pena que o MIJPA defenda aqui a teoria do contraditório, que tem três autarcas eleitos, um na Câmara e dois na Assembleia Municipal, que nos podiam ter dado uma ajuda importantíssima, mais do que o Partido Socialista porque, obviamente, oito anos já foi há muito tempo, já houve muitos atos de gestão sobre essa história. Agora, estes três colegas, eleitos pelos cidadãos, tinham dado, não é uma ajudinha, era uma grande ajuda. Mas decidiram os três não estar neste processo. Não estar disponíveis e nós, em nome da democracia, aceitamos porque nem temos outra possibilidade democrática que não seja aceitar. E depois vêm para aqui outras pessoas que não têm nada a ver com a governação, porque uma coisa é ser membro da Assembleia Municipal, outra coisa é gerir a governação, vêm para aqui defender aquilo que os próprios se negaram a defender, recusando o direito e o dever que assumiram perante os cidadãos eleitores no ato eleitoral que só foi há sete meses. Esta é a racionalidade política, objetiva, naquilo que interessa reter para nós guardarmos bem esta fotografia, vamos ter que olhar para ela muitas vezes apenas para termos bem claro o ponto de referência e fazermos o exercício que interessa, que é o exercício de usarmos cada dia, cada competência interna, externa, cada oportunidade para resolvermos os problemas gravíssimos de natureza financeira que o nosso Município tem e, obviamente, lutarmos por aproveitarmos oportunidades por ter políticas capazes e credíveis para credibilizar a Câmara Municipal e o Município, entidade completamente desacreditada aos olhos de muita gente e de muitas entidades. E, obviamente, realizarmos e concretizarmos objetivos de serviço público da maior importância como aqueles que assumimos e reassumimos com toda a clareza. Quero deixar esta nota sumária e global sobre estas matérias todas com uma nota adicional que é a seguinte. Muita da matéria que está relatada nesta súmula, este é um documento súmula, que para não haver dúvidas de que é um documento político tem a

assinatura do primeiro responsável pela gestão do Município, que sou eu próprio, mas repito, são muitos quilómetros de papel, que poderão ler, de relatórios assinados cada um deles pelo respectivo responsável técnico que fazem parte do processo, é uma pasta enorme, que está devidamente guardada e devidamente ao dispor para quem a quiser consultar ou estudar. Ali estão as assinaturas de cada um dos responsáveis técnicos da nossa Câmara Municipal. Como esta é uma opção política e uma operação política entendi, em absoluta coerência, que o trabalho além de produzido e construído por mim e pelos quatro Vereadores que comigo governam a Câmara tinha que ter a assinatura do seu principal responsável.

Mas em relação ao tratamento não vou cansar, mas deixar claro que muitas destas matérias, que aqui estão tratadas, têm já tratamento e decisões de reforma. Conheceis as dos armazéns gerais da Câmara, conheceis, trouxe-la cá, está tudo em obra. Se passarem com cuidadinho, devagar, na zona das instalações do antigo aterro de Taboeira está tudo em obra. Estão tomadas medidas para resolver esta maleita. As concessões municipais está tudo cadastrado, as maleitas de cada uma delas, e está já provida uma nova divisão, assumiu ontem funções, o Chefe de Divisão da nova divisão que vai tratar as concessões, porque a nossa Câmara não tinha nenhum técnico a tratar a gestão das nossas concessões. O famoso viaduto de Esgueira, e velho, foi anteontem assinado o contrato, a tal adenda ao contrato, para resolver o problema com o consórcio empreiteiro. Já assinámos o contrato. Já está assinado pelas duas partes, pela empresa, consórcio, e por mim próprio em representação da Câmara. Esta compra inenarrável, absurda, dos terrenos de Requeixo. Já fomos à mesa das negociações com o comprador para ver se lhe devolvíamos terreno e dinheiro e nos livrávamos de uma despesa inacreditável de mais de um milhão de euros que temos para pagar. Estamos na mesa das negociações, não sei se a mesa vai aguentar porque a distância das duas partes é grande e não teremos que ir para outros patamares tratar desta matéria. Os vistos do Tribunal de Contas, vocês sabem o ponto da situação de cada um deles. Temos dado informação regular à nossa Assembleia Municipal. O nosso nó das Agrad. Etc. Não estamos numa lógica que estivemos até aqui a tirar a fotografia e agora é que vamos tratar dela. Não. Obviamente, a lógica foi dinâmica e à medida que fomos levantando questões, algumas por pressão do próprio tempo, e fomos tomando medidas de gestão e trabalhando em todas as frentes. E há muitas frentes que não estão aqui. Por exemplo, a situação da nossa habitação social dava um relatório de dez vezes mais do que este, na súmula e nos anexos.

Portanto, voltemos, e, da minha parte, terminaremos, com esta nota. Este é um instrumento que procura balizar aquilo que é a nossa Câmara, utilizou as suas competências para fazer esta referência. Dissemos aos serviços, chamámos-lhe assim, ponham o lixo todo em cima da mesa, levantem os tapetes todos, abram as prateleiras todas, a ordem que têm, ao contrário de outras ordens do passado que era esconder, retirar das contas, a ordem que tiveram, clara e repetida, foi: ponham tudo em cima da mesa para que esta terra e esta Câmara saiba, de uma vez por todas, qual é a sua circunstância objetiva. Podíamos, obviamente, ter feito um trabalho extraordinário mas precisaríamos de muito mais tempo, para avaliação dos anos todos do passado, dos últimos oito, dos dezasseis, eventualmente até poderíamos ir aos trinta e dois. Seria um exercício até interessante em termos de informação cultural e política, mas a sua utilidade prática para construirmos um futuro melhor era absolutamente nula. O exercício que construímos só tem um objetivo: é ser um exercício útil para governarmos bem, para tomarmos as medidas corretas, para gerirmos o futuro que a cada dia vai chegar possa permitir que nós resolvamos os problemas, aproveitemos as oportunidades, resolvamos este desequilíbrio entre a nossa despesa e a nossa receita,

entre a nossa dívida e a nossa capacidade de a pagar, e possamos, por essa via, credibilizar a nossa Câmara Municipal e dar-lhe a competência e a capacidade para prestar serviço aos cidadãos com a devida qualidade. Não deixar o Parque Escolar chegar ao miserável estado em que está, a estradas ao miserável estado em que estão, etc. Esta é uma conclusão que nós temos muito gosto em que acabe uns dias depois, pouco dias depois, de cumprirmos o sexto mês de trabalho, porque foi este o tempo que definimos para termos este trabalho e esta fase do nosso trabalho terminado. Acho um exercício útil, muito importante. Este debate que aqui estamos a ter ajuda a evidenciar essa utilidade, independentemente do ponto e da forma como observamos esta realidade, na certeza absoluta que é uma realidade que temos que ter bem presente. Ainda a semana passada, numa reunião importante com instituições muito importantes do Município, em que eu e os Srs. Vereadores estivemos presentes, muito na toada de queremos mais despesa e menos receita, chamei a atenção de toda a gente que se formos por esse caminho vamos acabar com o resto e vamos gerar problemas mais graves às mil e quatrocentas empresas a quem devemos dinheiro, muitas delas com sede no nosso Município. E deixar a nota que alguns de vocês evidenciaram, e que agradeço, de que sempre esta abordagem de leitura desta tal fotografia, desta tal auditoria, no sentido político e não técnico-financeiro, tem de ser feita olhando, como o documento referencia, aos documentos de contas, aos documentos formais de contas, e ao décimo relatório de acompanhamento de execução do Plano de Saneamento Financeiro. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Ex.mos Srs. Deputados. Demais presentes. O Sr. Presidente da Câmara, curiosamente, refere-se aos aveirenses ou como patrões ou cidadãos eleitores. Creio que essa é uma das diferenças entre nós. Há quem seja mesmo aveirense. Todos os problemas de Aveiro são, de facto, de mim que sou aveirense, e sou mais que um patrão ou um eleitor. Não estou aqui de passagem. Segunda ideia, refere que não é um julgamento da história o que se realiza com este relatório. Ora, é precisamente isto eu isto é, um julgamento da história. Terceira ideia que expressou e cito-o: «os Srs. são herdeiros da herança». Os Srs. são é do partido que criou esta herança. O cidadão quando votou, há quatro e há oito anos, não votou Élio Maia, votou nas siglas PSD/CDS. Portanto, os Srs. são a continuidade dessas políticas. Quarta ideia, é a seguinte. Refere que a realização deste relatório da auditoria interna corresponde a um compromisso eleitoral. Relembro-lhe aquele documento que já aqui trouxe e voltarei a trazer, dos dez compromissos para os dez primeiros meses. Esse documento continua guardado e o tempo passará e aqui o voltaremos a trazer porque muitos desses compromissos, esses sim compromissos de papel, estão por cumprir. Última ideia, para terminar. Eu creio que é claríssimo o objetivo político em trazer aqui este documento. Creio que, em certo sentido, poderemos até dizer que está de parabéns porque cumpriu, conseguiu-o trazer aqui, conseguiu fazer aquilo que já tinha referido na primeira intervenção. Mas reparo que a sua objetividade e o seu determinismo na execução e no cumprimento desse seu objetivo político tenha obrigado, forçado, os seus apoiantes, da maioria PSD e CDS, a mais um exercício de contorcionismo político que já nos vêm habituando e que não enobrece nada.”

Vogal Odete Costa (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“A discussão que aqui se fez pelos representantes dos anteriores executivos se centra na tecnicidade da auditoria e no passa culpas. Mas não gastem mais o discurso no lava mãos porque não vale a pena. Concluímos, da apreciação deste documento, que a principal conclusão que tiramos daqui é que a candidatura PSD/CDS/PPM mentiu aos aveirenses. Mentiu prometendo o que já sabia que não ia cumprir, tal como nos mentem aqui quando nos falamos em renovação das bancadas que suportam o Executivo do Município. Tal como nos metem aqui quando nos falamos que vão fazer diferente. Vão fazer diferente em quê? Apresentando a chantagem da dívida aos contribuintes? Apresentando a chantagem da dívida aos aveirenses? Para ser diferente falta coragem. Falta coragem a este Executivo para reverter as opções ruins tomadas pelos partidos com responsabilidades governativas. Sr Presidente Ribau Esteves, não deixa de ser curioso que não respondeu quanto às irregularidades da TEMA com a AveiroExpo. Diz-nos o documento que há dinheiros públicos transferidos sem justificação, no documento não entendemos quem deve a quem, mas este Executivo já entendeu que quem paga são os contribuintes. Neste documento temos também plasmadas a criação das empresas ruins como a TEMA e a EMA. A questão do Parque Desportivo de Aveiro, entregou-se património público, por meia bagatela, a uma empresa privada. Armazéns Gerais, diz-nos aqui que já foram tomadas medidas para a obra. Pois bem, e para as rendas usurárias entregues à Rodimo? Indemnizações brutais transferidas para a empresa. O Município de Aveiro acumulou muitas operações mal geridas, dizem-nos os documentos. Estamos absolutamente de acordo. Responsabilizem-se então quem de direito e não apresentem chantagem aos aveirenses. O que aqui discutimos são as contas tortas da direita e nós rejeitamos que o valor dessas contas tortas seja apresentado em pesadas facturas aos aveirenses.”

Presidente da Mesa[040](#)

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[041](#)

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Apenas uma referência. O PS, nesta Assembleia, optou por dar duas notas distintas. A primeira nota foi a de tentar situar o ponto em que o anterior Executivo Municipal PSD/CDS pegou na Câmara, introduzindo um mínimo rigor na análise desse mandato que se traduziram em ativos e em determinadas situações de dívida e de passivo financeiro. Foi, por isso, que cá trouxemos esses dois documentos. Um da responsabilidade da Câmara Municipal em o ter contratado, o outro por parte da Inspeção Geral das Finanças. E depois fizemos uma outra análise, e essa análise é uma análise do documento que este Executivo aqui trouxe, como disse o Sr. Presidente e nós reconhecemos, um documento de cariz eminentemente político de assunção política e que vai traçar as iniciativas que este Executivo abrirá para o futuro. E é disso que se trata.

Em relação ao PS, a não ser que haja uma necessidade que nós, neste momento, não deslumbramos qual, mas que haja uma necessidade extraordinária de se referir novamente ao passado, quer quando o PS esteve na governação, quer quando o PSD e o CDS estiveram nestes oito anos que antecederam este mandato, o PS não se irá referir mais nenhuma vez a esses anos que passaram. Não faz parte da nossa dialética política, nós não a queremos ter. Quisemo-la ter neste momento, que é o momento de partida para este novo Executivo que traçou um retrato da sua própria responsabilidade e iniciativa, e, a partir daqui, vamos começar a fazer oposição, se é disso que se trata em relação àquilo que aqui virá, às iniciativas políticas deste

Executivo. E é isso que está neste momento em causa. E fazer oposição é dizer, por exemplo, ao Sr. Presidente da Câmara que tem de mandar para a Assembleia o documento que justifica financeiramente a nova estrutura orgânica municipal. Isso, para nós, é um documento fundamental que alicerça o nosso voto contra, e nós queremos ter mais certezas em relação às matérias sobre as quais nos debruçámos. E V. Exa, com a devida vénia, solicitávamos que pudesse cumprir a assunção política que aqui fez. Nós queremos discutir o futuro com o Sr. Presidente numa perspectiva, seguramente, diferente. E Temos muitas perspectivas diferentes. Nós todos o sabemos. E o Sr. Presidente da Câmara e esta maioria que o suporta, e nós sabemos das divergências, algumas delas profundas, que nos dividem. Temos um objetivo comum que é melhorar a vida dos aveirenses, e que a Câmara esteja em condições de poder proporcionar aos aveirenses uma melhor qualidade de vida. Temos perspectivas diferentes e são essas que contamos aqui esgrimir com V. Exa. Disse.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[042](#)

“Eu queria saudar a intervenção do Sr. Deputado Marques Pereira e dizer-lhe que gostei muito de o ouvir falar acerca do futuro. Gostei muito de o ouvir dizer que se vão concentrar sobre o futuro, porque é sobre o futuro que os aveirenses querem que nos concentremos, não é sobre o passado. Eu devo esclarecer que da diversidade de opiniões é que certamente resultarão melhores decisões. Portanto, da parte da bancada do PSD contará sempre com ouvidos para aquilo que entende dever propor, reservando, naturalmente, o PSD a sua opinião para decidir em conformidade com o programa eleitoral que elegeu este Executivo e esta Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[043](#)

“Tenho trinta segundos, tenho de ser muito rápido. A Câmara, Sr. Presidente da Mesa, andou sete meses para elaborar um documento de seis folhas que qualquer amanuense faria numa semana. Essa é a primeira. De realizações nada nos diz. Esperávamos aqui era um programa de ação para depois lhe pedirmos contas, mas o Sr. Presidente da Câmara tem uma dialética forte, é verdade que sim, uma dialética politicamente forte e tem este estilo. O estilo da desgraça e nós não funcionamos assim, causa-nos tristeza.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[044](#)

“Eu gostava só de perguntar à pessoa que me antecedeu, se ele considera que os funcionários e os dirigentes da Câmara de Carreira são amanuenses de terceira categoria, para os estar a tratar desta Maneira?”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[045](#)

“Da minha intervenção, nada foi ofensivo para os funcionários da Câmara e menos ainda para o senhor Presidente. O que eu digo é o seguinte: que a Câmara tem andado entretida, já está no oitavo mês de mandato, para produzir uma coisa que já toda a gente sabia. Já toda a gente sabia que um serviço da dívida tamanho que deixou o partido socialista, é só fazer a conta aos juros para saber que metade da receita iria para pagar o serviço da dívida. E portanto, quando eu digo qualquer amanuense digo com todo o respeito é que digo mesmo. É que já foi amanuense e sei recolher dados. É que a pessoa chegava lá aos livros de contabilidade da Câmara e dizia assim: o executivo anterior pagou estes milhões todos de serviço da dívida que cá foi deixado

pelo partido socialista. E com este tamanho da dívida e com este tamanho encargo não conseguiria fazer mais nada se não deixar também alguma dívida.

Por assinar, este Senhor Presidente da Câmara não vai pagar nada, pode crer! Pode assinar, Jorge Nascimento. E daqui a quatro anos falemos. Vamos ver.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Sr. Presidente só deixar uma nota. Eu sou um democrata, gosto muito do debate político mesmo quando a baixaria toma conta dele. Estas coisas de amanuense, de mentir, mentir, mentir, como a nossa colega do Bloco de Esquerda. Sinceramente, tolero tudo apenas vocês não vão ter companhia nesse tipo de baixaria porque, de facto, o nosso Município precisa é de elevação, de qualidade, e insulto e palavras desta natureza vão ficar, da nossa parte, na mais profunda solidão e no maior desprezo democrático, porque, por aí, estamos a ir, seguramente, para o sítio errado, estamos a desestimular os cidadãos para acompanharem o nosso trabalho que tem que ter dignidade e qualidade. Obviamente que a insultarmo-nos uns aos outros não vamos lá. Para sermos insultados o insulto tem que ser emitido como o foi pela vossa parte, os dois, e tem que ser recebido. Como não foi recebido, apenas deixar a nota da justificação pela não reação dado nós não estarmos disponíveis para participar em debates de baixaria como aqueles que procuraram provocar.

Há outra questão que é os tempos políticos das nossas repostas e que são nossos. Tanto V. Exas têm o direito e o vosso tempo político, perguntar quando bem o entenderem, nós temos também a condição de gerir o tempo político da resposta seja aqui, em plena Assembleia, seja fora da Assembleia. Portanto, viva a democracia e o direito de cada um dos titulares dos órgãos autárquicos em causa a usarem a sua estratégia e a gestão do tempo como muito bem entendem.

Duas ou três notas de explicação em relação a algumas das questões, com algum pormenor, que foram colocadas em relação às ilegalidades na AveiroExpo. A primeira grave ilegalidade foi quando se decide, se exercita a decisão porque não houve uma decisão formal, a fusão da AveiroExpo com a TEMA, essa fusão não formalizada, nem pela Câmara, nem pela Assembleia Municipal, nem pela direcção, nem pela Assembleia Geral da Aida, porque a AveiroExpo tem um sócio, está aí logo vertida a sua ilegalidade. A ilegalidade prossegue quando a AveiroExpo tem recursos humanos que estiveram sempre a trabalhar para a TEMA, alguns deles ilegalmente, dos quais hoje está apenas um caso por resolver, os outros três estão resolvidos, e resolveremos também o quarto proximamente. E o exercício da própria imagem, não sei se se lembram, a memória obviamente não acumula tudo, especialmente aquilo que fazia a TEMA, era feito TEMA com o logo da AveiroExpo ao lado. Esta fusão que formalmente foi ilegal porque ela começou em termos operacionais e em termos financeiros. A relação de dívida da AveiroExpo por produção cultural ilegal, toda, especialmente no ano de dois mil e treze, é monumental. Toda ela, repito, é ilegal, embora nós honraremos os nossos compromissos. Deixar claro esta explicação de ilegalidade.

Em relação às diferenças entre os valores das dívidas, das contas e do relatório da auditoria é exatamente isso que a auditoria quis cadastrar. Há diferenças. Há entidades que reclamam mais dívida do que aquelas que formalmente estão nas contas, e não é só nas Juntas, é nas Associações, também nalgumas empresas, essa diferença é, exatamente, uma das questões que temos que tratar e que o tal capítulo IV do relatório de gestão evidencia com clareza.

Quanto ao regulamento dos apoios, é preciso ver bem a data. O regulamento é um regulamento de fim de mandato, só houve um concurso feito ao abrigo do regulamento

que nem sequer terminou. E depois há tudo o resto que foi feito sem cobertura regulamentar.

Apenas um ou duas notas políticas finais em relação àquilo que disse o Filipe Guerra. Isto é sempre bonito na vida quando estamos do lado do PCP ou do lado da CDU. É que nunca governámos. Os comunistas de Aveiro não têm nenhuma responsabilidade na governação, nunca receberam essa possibilidade pelos nossos concidadãos, e, portanto, é sempre uma situação vantajosa de estarmos sempre na oposição e nunca sermos responsáveis por nada. Quanto aos dez primeiros meses, avaliaremos os dez primeiros meses quando acabarem. Esta ansiedade analítica sobre o que vai acontecer aos dez e aos quarente e oito é muito interessante, e nós, obviamente, toleramo-la democraticamente, mas não vamos estar a antecipar a reunião da análise do décimo mês para o sexto ou do quadragésimo oitavo para este mesmo sexto. Geriremos tudo isto de forma magnânima, tranquila. Nada da nossa vida está perturbado por aquilo que estamos a fazer na nossa gestão da Câmara Municipal, muito pelo contrário. Está a nossa vida valorizada por termos a oportunidade de servir o Município de Aveiro, de servir os nossos concidadãos, de liderarmos uma região como politicamente estamos a liderar, de sermos parte em processos de dimensão nacional e europeu como somos parte. E essa é a importância que nós queremos tirar deste período de tempo em que levamos de trabalho. Não estamos no oitavo mês, estamos no sétimo. Com muito gosto trabalharemos com toda a intensidade, com toda a lealdade à causa assumida, em compromisso livre, com os nossos concidadãos, em cada um de todos os meses que temos até chegarmos ao quadragésimo oitavo.”

Membros da Assembleia

Vogal Odete Costa (BE)⁰⁴⁷

“Sr. Presidente Ribau Esteves. Eu bem compreendo que o seu narcisismo na política leva a tomar por baixaria tudo o que é diferença em termos ideológicos e políticos.

Mas eu gostaria de lhe perguntar se sabia, ou não, quando no seu programa eleitoral, apresentou aos aveirenses uma proposta na reforma da educação e na ação social, onde dizia que as crianças e os jovens eram a sua maior preocupação, quando nos apresentou que iria apostar num desenvolvimento económico e no emprego, na requalificação urbana, tinha ou não presente quais eram os valores da dívida que já se discutiam durante a campanha eleitoral?”

Presidente da Mesa⁰⁴⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴⁹

Presidente da Mesa:⁰⁵⁰

O documento do Relatório de Auditoria Interna elaborado pela Câmara Municipal, foi apreciado.

PONTO 6. — APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁵¹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[052](#)

“Sr. Presidente, apenas para uma nota sumária. A proposta está feita com clareza, estarei disponível para alguma questão que apareça no âmbito do debate.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Ex.mos Srs. Deputados. Primeiro, e atendendo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal acabou de referir queria dizer o seguinte. Enquanto deputado do PCP sempre tive intervenções e sempre pautei as minhas intervenções por me dedicar à política, sem fazer qualquer tipo de referências às pessoas enquanto sujeitos, cidadãos. As críticas sempre foram políticas e não mais do que isso. Creio até que, ao longo dos anos, sempre tive pessoalmente, e o meu partido, pautada a actividade aqui na Assembleia Municipal pelo respeito por todos. Dito isto, diria apenas que, da mesma forma que nós respeitamos todos, gostamos de ser respeitados institucionalmente, não gostamos de brincadeiras com siglas. Isso são coisas sagradas para nós. Da mesma forma que não brincamos com as siglas dos outros partidos. Os partidos são instituições e merecem o nosso respeito, independentemente das divergências de opinião. Que fique claro. E, nesse sentido, respeitaremos sempre todas as siglas. Diria ainda que nós não somos intimidáveis.

Disto isto, indo ao ponto em análise, em relação aos SMA. Os SMA, em Aveiro, têm tido, tradicionalmente, boas gestões. Haverá deficiências, haverá erros, com certeza, é facto, mas, geralmente, as suas gestões têm sido boas. cremos que a sua actividade se tem caracterizado também por autonomia e direcção próprias, sendo que aquilo que são os SMA e as suas competências têm sido, ao longo dos anos, vindo a ser, paulatinamente, delapidadas, colocando-os hoje numa situação difícil.

É verdade que os SMA foram sendo depauperados, retiraram-se-lhes as competências do lixo, da água, nos transportes públicos, e, assim, se foram criando as condições para a neutralização da empresa e, de alguma forma, não digo que a desmotivação, mas a sua perda de capacidades.

Nesse sentido e tendo em conta aquilo que é aqui apresentado na Assembleia Municipal nós consideramos que a Autarquia, até como está escrito no próprio relatório da Auditoria Interna, deve ter especial atenção à integração dos trabalhadores na nova estrutura orgânica da Câmara Municipal de Aveiro. Num quadro de total respeito por aquilo que são os direitos destes mesmos trabalhadores.

Da mesma forma que referimos isto também referimos uma preocupação quanto ao futuro, que se prende com o facto do fim dos SMA, num quadro a médio ou longo prazo, e que seja necessário recolocar em funcionamento esta unidade.

O seu fim, de alguma forma, pode criar uma espécie de esterilização de competências dentro do que é a Câmara Municipal de Aveiro e que possa colocar em causa o futuro. Nesse sentido expressamos preocupações em relação a isso.”

Presidente da Mesa[054](#)

Vogal Odete Costa (BE) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[056](#)

“Antes de mais, Sr. Presidente, gostaria de deixar claro, em relação à sua intervenção de há pouco, que eu não fui insultuosa...”

Presidente da Mesa:

“Não, não. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa. Eu referi, explicitamente, que eu não iria permitir que em Aveiro se usasse a linguagem que se usa na Assembleia da República. Não referi, nem aconteceu, que se tivesse sido insultuoso em relação a alguém em concreto, aqui. Estava só a dizer que esses procedimentos acontecem. Devo dizer, aliás como é público e notório, que há Srs. Deputados que praticam esse tipo de dialética política e depois, sempre que os atingidos os colocam em Tribunal, ele invocam a imunidade parlamentar. E o que eu estava a dizer não é ameaça nenhuma, porque eu não tenho imunidade parlamentar e aqui nenhum dos Srs. tem. Mas mais do que isso, mesmo que a tivessem, é por uma questão de boas maneiras. Roubo tem um significado preciso. Mentir tem um significado preciso. Eu gostava que nesta Assembleia esta nova moda de utilizar o insulto na dialética política, que não tem acontecido, não acontecesse. E, portanto, antes que ela acontecesse, preventivamente, eu tornei claro que não aceitaria...”

Vogal Odete Costa (BE):

“Foi só para deixar claro porque referiu o Bloco de Esquerda e a extrema-esquerda, como referiu...”

Presidente da Mesa:

“Refiro-me concretamente a um caso, que foi público, do Sr. Deputado Francisco Louçã que tendo insultado várias pessoas, segundo elas, se eximiu defender-se invocando a imunidade parlamentar. Estou a dizer é que aqui não há essa imunidade. E eu até devo dizer-lhe que, no caso concreto, nem achei que as pessoas tivessem sido insultadas, porque a expressão usada foi ‘patusco’. Mas enfim, as pessoas acharam-se insultadas. O que eu estou a dizer é que o que acontece na Assembleia da República aqui não vai acontecer, porque há muitas formas de nos opormos, muitas formas de sermos rigorosos, há muitas formas de sermos frontais, não precisamos de usar o insulto pessoal.”

Vogal Odete Costa (BE):

“Muito bem, Sr. Presidente. Eu bem sei que ainda há pouco referiu que enquanto o regime for este, enquanto estivermos sobre uma democracia, enquanto tivermos o direito de liberdade de expressão, eu utilizarei a linguagem que entender, e saberei assumir as consequências.

Voltando então ao ponto que estamos a discutir, o ponto seis, apreciação e votação da extinção dos Serviços Municipalizados, temos aqui patente, uma vez mais, uma proposta que revela o que é um fanatismo da direita. A destruição de tudo quanto é serviço público, retirar dos órgãos democraticamente eleitos a capacidade de gerir um melhor serviço para todos. O documento apresenta-nos um histórico daquilo que foram os Serviços Municipalizados de Aveiro, e neste histórico está bem patente como as conquistas de décadas foram destruídas em poucos anos. Essa destruição teve a ver com o facto da criação de empresas municipais de gestão danosa, com concessões que foram ruinosas para a população, que entregam rendas a privados enquanto apresentam pesadas facturas à população. Se bem que, agora, neste documento, justificam que já pouco resta e, então, como pouco resta anule-se, de vez, aquilo que é serviço público. Nós estamos determinantemente contra esta extinção. Defendemos que a gestão dos resíduos sólidos e urbanos deve continuar ao encargo da autarquia, como nos continuaremos a bater pela municipalização das operações de gestão e

abastecimento de água, pela municipalização dos transportes públicos. A nossa defesa é esta, pelo serviço público, que deve ser de todos e para todos.

Eu gostaria que me fosse explicado o que é que vai acontecer aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Podem ou não virem a ser despedidos? O que é que vai acontecer com estes trabalhadores? E peço que isto seja respondido.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[057](#)

“É uma tarefa, uma ação, que se impõe e se questiona. Impõe-se porque, realmente, os Serviços Municipalizados, tradição ancestral não só neste Município mas em muitos outros, tinham a seu cargo a distribuição da eletricidade, da água, dos transportes públicos, um conjunto de serviços que eram importantes e que, em regra, até tinham, aqui em Aveiro, sempre contas boas e sãs. Mas o que é facto, e contra factos não há argumentos, é que esses serviços foram desaparecendo gradualmente. A eletricidade, o abastecimento da água, os transportes, os resíduos, e, portanto, hoje, trata-se de uma empresa partitamente esvaziada de funções. Impõe-se dar solução a isto, aos Serviços. Abre-se aqui uma interrogação porque quem pensa em Serviços Municipalizados penas, habitualmente, em transportes. Isto é indissociável, até pelo peso da tradição. Eu gostaria que hoje a Câmara tivesse trazido aqui o que estaria a pensar dos transportes em Aveiro, um documento sobre a política de mobilidade. O que pensa fazer com os transportes, como é que os aveirenses se vão deslocar daqui para Quintãs e para os outros sítios da área do Município. Infelizmente não traz mas isso também é um problema de gestão e algum dia os aveirenses cá estarão para julgar essa situação. Eu penso que por razão económica, e se não se encontrar destinação nenhuma para a organização para este serviço, é uma imposição o serviço extinguirem-se, porque isso insere-se nas medidas de saneamento económico. Mas isto tem de se integrar num contexto. Sabe-se que o Município de Aveiro, por razões que são conhecidas e que eu há pouco aqui disse, é um Município endividado. Este Executivo, também pelo que vem anunciando, não vai pagar nada, terá é vontade de fazer mais algum despesismo. Nós não vimos, até agora, em sete meses de funções, qualquer referência sobre quais sejam as opções de gasto do Município. O que vemos, o que vamos ouvindo dizer, é que tem de se aproveitar os fundos comunitários. É uma preocupação minha, e esta minha referência até o cariz de indução, pretensioso, mas peço desculpa por isso, de induzir o Executivo a pensar nos gastos que vai fazer. Nós não queremos, aqui em Aveiro, sinceramente ficaria muito triste, se nós fossemos trazer para Aveiro coisas como mais passadeiras para bicicletas, zonas para as pessoas andarem no lazer, gastos como centros de cultura, isto com toda a consideração que nós temos por esse tipo de gastos. Mas eu às vezes penso assim. Um indivíduo endividado, e Aveiro não deixa de ser um indivíduo endividado, é seguramente um indivíduo endividado, é uma pessoa coletiva endividada, altamente endividada, isso é fora de dúvida. O Sr. Presidente da Câmara já o sabia. Aliás, há dias cometi aqui uma gafe quando disse que estiveram na Terra Nova, não foi na Terra Nova mas estiveram noutra sítio qualquer. Só não sei porque é que o Sr. Presidente não me corrigiu e disse «olhe, afinal o Sr. errou, não foi na Terra Nova foi no Porto Canal». Estiveram lá todos e o Presidente anterior até disse para o candidato da coligação PSD/CDS «olhe que a dívida da Câmara são cento e quarenta milhões de euros e mais ainda uns pós. O Sr. conte com cento e cinquenta milhões». Eu esperava, no outro dia, quando o Sr. Presidente verberou a minha referência, me dissesse «olhe que não foi aí, foi no Porto Canal». Mas isso são águas passadas, já lá vão, cada um tem o seu jeito político.

Eu estava a falar da política de gastos e de poupanças. Eu espero que este Executivo quando pensar em gastar e em aproveitar os fundos comunitários, que vêm sempre com uma nota de gratuidade, eu penso assim. Ao meio-dia eu pensei que logo tenho que ir à Assembleia Municipal e vou aproveitar e falar disto, dos Serviços Municipalizados, que tem uma ligação económica. Numa intenção indutora, vou tentar convencer o Executivo para não fazer gastos desnecessários e desmesurados, porque a pessoa coletiva é endividada, e é como uma pessoa física e individual. A mim se me convidarem para um almoço, assim a um sítio onde gosto de ir, e eu disser «mas eu agora não tenho dinheiro, a minha economia está baixa, o serviço é pouco», e me disserem «mas eu pago-lhe setenta e cinco por cento». Só que eu penso «mas eu tenho que gastar vinte e cinco», então não gasto, vou comer a casa que se calhar sai-me mais barato. Se a Câmara gastar isso é mais endividamento, está a empurrar as contas para a frente. E nós não queremos isso, queremos finanças sãs, queremos gastos racionais. E quando houver gastos, sejam ele de que natureza forem, tenham uma perspectiva, vou usar outra imagem, parideira. Que é para ser expressivo. Que sejam gastos reprodutivos, que não sejam gastos mais consumistas como são centros culturais, aquários disto ou daquilo. Já se pensou num aquário do carapau cá para Aveiro, houve um órgão de comunicação que fez essa referência. Se calhar nós todos até gostaríamos de ver uns carapauzinhos a nadar. Mas, naturalmente, nós ficaríamos a pensar no nosso bolso, o que é que irá acontecer às contas. E é nesta perspectiva, com este engodo que vai pairando «estamos aqui vamos aproveitar fundos comunitários», que eu começo a ficar preocupado, e muito preocupado.

Reconduzindo-me agora ao tema inicial, eu acho que esta medida é boa, em relação aos Serviços Municipalizados, e vamos estar de acordo com ela, no sentido de que não é absolutamente desfavorável.”

Vogal Carlos Barros (CDS) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[058](#)

“Uma questão muito rápida. Eu penso que, mais uma vez, a Câmara está a demonstrar que está a iniciar os seus trabalhos da forma que prometeu. Apresentou-nos um relatório, definiu um trabalho, definiu uma orgânica, já apresentou a orgânica nesta Assembleia, está agora a tomar medidas definitivas, a aproveitar as sinergias que existem na Câmara. A situação da anulação dos Serviços Municipalizados tem toda a razão de ser porque eles já se foram desfazendo, já se foram juntando a outras empresas. Portanto, os poucos funcionários que ainda tinham está garantido que passam para a Câmara, e não há insegurança nenhuma. Os trabalhadores destes Serviços Municipalizados vão entrar para a Câmara e vão desempenhar o seu serviço e irão trabalhar, que a Câmara bem precisa de dinâmicas e que façam com que Aveiro demonstre aquilo que vale.

A aposta é nas sinergias que existem, é na poupança de sistemas informáticos, é na poupança económica, não precisamos de mais ROCs e dessas situações, nem de mais contas certificadas, que tanto oneram o nosso erário. É uma poupança que a Câmara irá aplicar em situações inovadoras para a cidade e no desenvolvimento da nossa cidade. É importante esta Assembleia aprovar esta extinção, e já de imediato a Câmara pôr em execução os benefícios que irá tirar da sua extinção.”

Vogal Marques Pereira (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[059](#)

“Sra. Presidente em exercício, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas duas ou três breves notas em relação a este assunto. É sabido da intenção do Executivo Municipal

em extinguir os SMA que, aliás, ficaram esvaziados das suas principais funções desde o negócio das águas e a constituição da AdRA. Mas o que é facto é que, neste momento, desconhecemos qual o futuro da MoveAveiro. Bem sabemos que os serviços estão num estado letárgico, bem sabemos que, neste momento, as suas funções estão bastante reduzidas, assim como o seu corpo de funcionários, mas não sabemos, porque o Executivo ainda não o disse, qual o futuro da MoveAveiro. E sem conhecermos o futuro da MoveAveiro não nos parece coerente fechar-se já uma possibilidade de se poder concluir esse processo. Portanto, neste momento, no actual quadro, merece-nos oposição essa extinção. Mas gostaríamos de deixar uma pergunta muito concreta. Esta extinção, neste momento histórico, implica já uma assunção de privatização dos serviços da MoveAveiro ou não? Ou V. Exa. ainda não está em condições de nos poder dizer e esclarecer qual o futuro que antevê para os serviços que são prestados pela MoveAveiro. Neste momento eram só estas as observações que queríamos deixar.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

“Apenas para fazer algumas observações muito rápidas. Todos já observámos aqui no documento que vêm algumas economias financeiras com término dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Só uma questão ao Executivo. Segundo percebi os recursos humanos dos SMA passarão para o DSU. Era só para esclarecer essa questão uma vez que já se levantou aqui a possibilidade de serem despedidos. Sendo tal impossível, como verifiquei, já que todos os funcionários têm vínculo à função pública. Por isso penso que será impossível despedir estes funcionários. A questão era se estes passarão para o DSU e qual a suas funções. Obrigado.”

Vogal Paulo Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

“Relativamente a esta questão e o que é o serviço público, e que já aqui, por várias vezes, foi abordado, as perguntas são muito simples. Se existe uma nova estrutura que está aprovada e que prevê a integração dos SMA, resultando em diminuição de despesa, simplificação de procedimentos e o garante dum serviço que existe e que continuará a ser feito, não será isso um melhor serviço público? Se, por exemplo, só o condomínio das instalações representa oito mil e seiscentos e quarenta euros por ano, e se considerarmos que a Câmara dispõe de instalações próprias evitando-se pagar essa despesa, não será isso um melhor serviço público? Se a actividade desenvolvida no âmbito da ação dos SMA for assegurada por uma divisão própria, com capacidade, com competência, não será isso um melhor serviço público? Penso que estamos no tempo de esquecer um bocadinho o saudosismo, simplesmente porque dá jeito, e olhar para as evidências. E as evidências são claríssimas. O caminho é este, não é outro, considerando o esvaziamento de funções dos serviços, é verdade, mas é a realidade que está. E isso sim, é um bom serviço público. Penso que se esta decisão não fosse tomada aí sim estaríamos a prestar um mau serviço público, mais caro e sem necessidade nenhuma. Apenas dizer isto.”

Vogal Francisco Picado (PS) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[062](#)

“Só duas notas muito breves relativamente a este documento. A primeira tem a ver com o conjunto de ações que nos conduziram a esta inevitabilidade, praticamente quase todas merecendo a oposição atempada do Partido Socialista. A segunda nota apenas para referir que este documento vem acompanhado do respectivo impacto económico-

financeiro, o que não aconteceu noutros. Obviamente o Sr. Presidente reserva-se o timing de resposta, mas a nós também se reserva o timing de fazer o pedido reiteradamente. Não é uma questão de perceber se devia estar ou não, mas no outro houve, de facto, uma falha e pedíamos que a corrigisse tão breve quanto possível.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶³

“Eu penso que o que está aqui em causa é a existência de um organismo que, neste momento, não tem funções atribuídas. Não creio que nós devamos andar a arranjar funções a organismos que são prejudiciais à sua existência. Todos nós estamos cientes do papel desempenhado pelos Serviços Municipalizados de Aveiro anteriormente. Foi, certamente, um papel muito relevante. Neste momento não é, não há nada que justifique a sua existência e deve ser extinto. É tão simples quanto isto.”

(Entretanto saíram da sala os vogais João Alberto Simões Barbosa e António Ildebrando Nunes Costeira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

“Muito obrigado a todos pelas questões. Respondendo claramente ao Filipe Guerra e à Odete Costa. Deixar claro que o vínculo destes trabalhadores que estão no quadro dos Serviços Municipalizados é igual ao vínculo à Câmara. Portanto, não muda nada a esse nível, o vínculo é exatamente igual para todos os efeitos, não há qualquer questão de perda de coisíssima alguma em relação aos direitos e também aos deveres deles próprios. Nem há destruição de serviço público. Todo o serviço público prestado por aquela equipa, nesta ou naquela unidade orgânica, vai continuar a ser prestado noutras unidades orgânicas da estrutura da Câmara Municipal, às quais já me vou referenciar. Deixar isso absolutamente claro em relação aos trabalhadores e ao serviço público. Não muda nada na substância, muda no enquadramento formal dentro da estrutura.

Em relação aos transportes, não vou acompanhar o Dr. Jorge Nascimento nas suas divagações. Compreendo que tenha aproveitado para dizer o que disse, não teve tempo da outra vez. Centrava-me objectivamente em responder às questões do Dr. Marques Pereira e deixar claro o seguinte. Nós não temos o processo de estudo da MoveAveiro, e obviamente do seu futuro, terminado. Há uma coisa que temos a certeza absoluta. A MoveAveiro tem que acabar ao abrigo da Lei 50. A questão é se vamos construir uma MoveAveiro nova, se vamos construir um serviço municipalizado especializado em transportes para gerir as operações hoje geridas pela MoveAveiro, se vamos internalizá-la na estrutura Câmara para a gerir diretamente, ou se vamos concessionar a sua operação. São estes quatro, obviamente deixei um ou outro cenário, que estamos a estudar. Precisamos de mais tempo e esta decisão não tem nada a ver. Vamos pressupor que nós tínhamos decidido qualquer coisa, nomeadamente criar uns serviços municipalizados novos especializados em transporte, extinguiríamos os que temos para termos um novo, com um quadro de pessoal completamente diferente, adequado. Um de vocês disse, foi o próprio Marques Pereira, que o corpo de funcionários é muito reduzido. Negativo. O corpo de funcionários dos serviços é absurdamente grande. Vinte e três pessoas num trabalho onde quatro ou cinco fariam com a mesmíssima qualidade, eventualmente mais. Um dos problemas dos serviços atuais é que, de facto, tem gente a mais. É uma disfunção que, além de mais, estraga as contas dos próprios serviços. Deixemos as questões no seu ponto. Um dos instrumentos para acabar o trabalho da

MoveAveiro está criado que é a nova divisão de mobilidade e transportes. Já expliquei que as nossas competências técnicas, em termos de recursos humanos, na mobilidade basicamente residem em quatro pessoas, e estavam as quatro em quatro unidades orgânicas diferentes. Ou estando na mesma, por incompatibilidades relacionais, as pessoas nem sequer se relacionavam. Agora estão todas na divisão de mobilidade e transportes, com um trabalho em equipa, como não pode deixar de ser, pelas competências que temos na MoveAveiro. Deixar claro que esta decisão não tem nada a ver, rigorosamente zero, com a decisão que venhamos a tomar e a propor em relação ao futuro da MoveAveiro, de privatização ou de qualquer uma das outras que referenciei ou alguma outra também que não referenciei. Para onde é que vão estes recursos humanos, questão que o Simão Quina colocou. Eles não vão só para a divisão de serviços urbanos e gestão de equipamentos. Digamos que a componente operacional é para aí que vai, mas depois temos outros recursos que vão, por exemplo, para a divisão de ambiente, energia e obras, toda a nossa capacidade técnica de gerir a componente dos resíduos vai ser alojada nesta divisão onde está o ambiente. Temos recursos humanos que sabem de informática, temos um bom recurso humano de informática, que vai para o gabinete de tecnologias da informação. Temos recursos que sabem de gestão financeira, nomeadamente dois recursos, vão para a divisão de administração geral. Portanto, há várias competências que vão ser alocadas à unidade orgânica, onde possamos tirar o máximo proveito dessas competências que as pessoas têm. Essa é a lógica que deixa também clara a redundância. Temos lá pessoas só a tratar de férias, faltas e licenças. O serviço que a Câmara tem e que já trata de quinhentas e sessenta pessoas, só da Câmara, trata de mais vinte e três sem qualquer tipo de problema ou de acréscimo de custo ou de uns minutos a mais de trabalho. São coisas deste género, são ganhos, e alguns de vocês, o Ernesto Barros, o Paulo Marques, o Henrique Diz, disseram uma coisa que é importante. Vamos ter redução de custos. Vamos ter um conjunto de poupanças múltiplo como ganho, nesta medida que vamos tomar. Porque é evidente, e às vezes esquecemos disto, há a existência de uma estrutura de uma empresa municipal, de um serviço com um nível de autonomia alto, como são os Serviços Municipalizados, que, de per si, têm um conjunto de custos que internalizados deixam de existir. Aqui, mais do que esses custos que deixamos de ter, vamos ter rentabilidades novas, de recursos humanos muito subaproveitados, que, por estarem a ser parte da gestão de um todo vão, obviamente, elevar muito os níveis de rentabilidade desses recursos que temos, muitos deles com qualidade, nos atuais Serviços Municipalizados.

Quanto à operação, com a decisão que esperemos de aprovação desta proposta pela Assembleia Municipal, muitas das medidas preparatórias vêm sendo tomadas nas últimas semanas, como não pode deixar de ser, e, segunda-feira, a maior parte dos funcionários já estará na sua unidade orgânica nova, outros haverá um período de transição que para uns vai durar a semana próxima, para outros vai durar o mês maio, que temos referenciado como o período para as transições. Em algumas componentes da nossa Câmara Municipal haverá mudanças profundas que exigem tempos de transição para as chefias anteriores passarem os dossiers às novas, todo um conjunto de processos que já estão em curso. Lembro que a estrutura orgânica entrou ontem em vigor, hoje começamos o dia com uma reunião com as novas chefias, depois seguimos, no fim da manhã, com uma reunião com todos os funcionários da Câmara e dos SMA, precisamente para dar nota do balanço e deste caminho de segunda fase com a chamada de atenção para a importância deste trabalho de transição da anterior estrutura orgânica para a nova que entrou ontem em vigor.”

Membros da Assembleia

Vogal Odete Costa (BE) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁵

“Sr. Presidente. Sras e Srs Deputados. Ribau Esteves vem-nos aqui dizer que os trabalhadores serão afectos à Câmara Municipal. Sabemos que isso é certo mas também sabemos que o Governo prepara despedimentos por extinção do posto de trabalho. Obviamente, esta questão preocupa-nos porque sabemos que é certo que a única forma de defendermos os postos de trabalho, a economia e o interesse público é manter na esfera da gestão pública o que é público, o que é de todos e o que deve servir todos. Quanto à questão da MoveAveiro também nos preocupa esta questão, o que é que acontece com a extinção dos serviços municipalizados, o que é que acontece a seguir à MoveAveiro. A Lei 50 não obriga a que a MoveAveiro seja extinta. O serviço da MoveAveiro pode ser remunicipalizado, como nós já propusemos aqui várias vezes e foi rejeitada essa proposta. Propusemos também uma outra questão que seria, em termos económicos, viável para a empresa municipal. Propusemo-la aqui e propusemos também na Assembleia da República que as indemnizações compensatórias que são atribuídas a empresas privadas, quando se opta pela concessão, sejam, de igual forma, atribuídas às empresas públicas de transportes, como são o caso dos transportes de Lisboa e Porto. Penso que esta seria a via para defendermos a MoveAveiro, para defendermos o que é um serviço público, para defendermos também os postos de trabalho.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁶

“Eu coloquei algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, principalmente duas. A primeira era a articulação desta extinção com a política de mobilidade, como é que tencionava servir Aveiro, as deslocações dos seus munícipes dentro da área do Município. Creio que o Sr. Presidente não respondeu. Eu pensava que viria tudo articulado, não veio. Depois, eu inseri esta minha intervenção, Sr. Presidente, na versão de um aspecto global como é que a Câmara estaria a pensar gastar os dinheiros, em fazer os seus investimentos. Se investimentos ditos reprodutivos, assim os qualifico, porventura terão outro designativo técnico, V. Exa. saberá melhor que eu. Ou se pensava fazer investimento só assim de cosmética, isto é, para a população gostar, gostar atrativamente e em lazer. O Sr. Presidente também não respondeu a isto. Eu gostava que o Sr. Presidente dissesse assim «eu vou poupar isto nos serviços e eu penso gastar, ter alternativas, para estas situações». Sei lá, eventualmente para pagar dívidas, eventualmente para investir em zonas industriais para atrair. Eu vou abreviar porque estou satisfeito com o que já disse. Só não estou satisfeito porque, na realidade, o Sr. Presidente a estas questões gosta mais de fazer proclamações e de dizer que «estamos a preparar isto para altos patamares de rendimento».

Eu daqui a dois meses estou cá a perguntar-lhe, já fica avisado Sr. Presidente «Sr. Presidente já chegámos ao médio patamar de desenvolvimento ou ainda estamos na base dessa escalada?».

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁷ Ponto 6. — Apreciação e votação da proposta de Extinção dos Serviços Municipalizados de Aveiro, sendo aprovado por maioria, com vinte quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND3), zero abstenções, e nove votos contra (PS7+BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto, nos termos regimentais, dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):[068](#)

“O PCP faz da sua intervenção neste ponto a sua declaração de voto.”

Vogal Odete Costa (BE):[069](#)

“O Bloco de Esquerda vota contra esta proposta pois consideramos que a extinção dos Serviços Municipalizados que durou décadas a ser conquistado, constitui um ataque aos interesses da população, um ataque aos trabalhadores, e a destruição do serviço público.”

Vogal Marques Pereira (PS):[070](#)

“Muito rapidamente. Apenas para dizer que neste actual momento não nos parece oportuno esta extinção dos SMA, uma vez que a MoveAveiro ainda não conhece efetivamente o destino que lhe está reservado. MoveAveiro, os serviços que a MoveAveiro presta melhor dizendo. Obrigado.”

PONTO 7. — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO DAS GOP E ORÇAMENTO CMA 2014

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa[071](#) deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[072](#)

“Sr. Presidente, apenas para dar nota que é um ato banal em termos políticos. Em termos administrativos é importante para fazermos a integração do saldo nas rubricas que estavam já previstas em sede do Plano e Orçamento. É um documento que cumpre essa missão, não tem qualquer relevância política.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[073](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Ex.mos Srs. Deputados. Em relação a este documento, tal como o Sr. Presidente de Câmara caracterizou, de facto, é uma formalidade administrativa. Contudo, não deixa de revelar um conjunto de opções políticas que têm relevância. Primeiro, uma apreciação ao documento em si. Ele não tem uma explicação introdutória, não havia uma obrigação legal de a ter mas poderia ter para simplificar, para clarificar argumentos, para apresentar argumentos. Segundo elemento, pelo menos da nossa parte, salvo melhor correção para a qual estamos humildemente abertos, estranhamos que seja aprovada, em reunião de Câmara, uma revisão das contas de dois mil e catorze previamente à aprovação pela Assembleia Municipal. Ou seja, e repito que estamos humildemente abertos a correções, dá ideia que a Câmara deu de barato que a Assembleia Municipal aprovaria as contas sem qualquer tipo de objeção. Fica essa sensação. Dir-nos-á se a nossa interpretação das datas está correta.

A confirmar-se aquilo que o PCP aqui sugere parece-nos que há alguma falta de respeito institucional com o órgão Assembleia Municipal.

Poderíamos fazer, em relação àquilo que é este movimento de revisão de contas, duas apreciações que o PCP considera positivas. Primeiro, o reforça da dotação das Freguesias. Nós consideramos que isto é positivo na exacta medida em que consideramos que as Freguesias são um órgão do poder local mais próximo das populações, particularmente sensível. Não estamos nada contra uma dotação reforçada. Consideramos também que uma dotação financeira reforçada para as escolas também merece o nosso apoio. Não há qualquer objecção em relação a isso. Mas temos quatro questões muito concretas a colocar. Porque é que se cria um euro, porque era zero a dotação, para o tratamento e transportes de efluentes? Havendo esta dotação depois permite uma revisão da dotação. Porquê?

Segunda questão que colocamos. Nas outras despesas correntes estão reforçados dois milhões de euros. Pergunta o PCP. Para onde vão estes dois milhões de euros?

Terceira questão. Está também igualmente prevista uma dotação, um reforço de dotação, para a compra de terrenos no valor de um vírgula quatro milhões de euros. Perguntamos nós. Para que terrenos? Onde? E com que fim? Qual o interesse?

Última questão que colocamos. Como se justifica os duzentos e sete mil euros previstos de reforço financeiro para as instituições sem fins lucrativos? Nós sabemos que existem dívidas da autarquia para com um conjunto de associações desta natureza, não é isso que colocamos em causa. Mas já agora, este dinheiro é para quais? Tenho dito.”

Vogal Odete Costa (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[074](#)

“O Bloco de Esquerda já teve oportunidade de referir aqui que considera que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze não apresentam a transparência suficiente, não reflectem nem privilegiam as necessidades da população. E consideramos também que esta primeira revisão orçamental não está de acordo com a aplicação dos dinheiros públicos que defendemos. Esta revisão não é clara, continuamos com a rubrica Outros sem percebermos muito bem onde é que este dinheiro é aplicado. E esta revisão não altera em nada as más opções de um mau Orçamento. Ou seja, estamos perante uma oportunidade perdida para alterar aquelas que são más opções, que, na nossa ótica, são más gestões, e estamos aqui perante essa oportunidade perdida.

Este orçamento e esta revisão dá continuidade às políticas dos que governam de costas voltadas para a população, daqueles que ignoram as emergências sociais. Vejamos, por exemplo, a verba que é atribuída aos fundos sociais, e o pouco acréscimo que lhe é dotado. Esta verba é, manifestamente, insuficiente para responder às situações de calamidade social. Estamos a falar de setecentos mil euros para os assuntos de acção social. Manifestamente insuficiente para responder às necessidades que o nosso Município vive. São sobejamente conhecidas as situações de famílias que hoje não conseguem pagar a água e a luz, do aumento do número de famílias em carência económica. Nesta primeira revisão do Orçamento o Executivo continua a fechar os olhos a esta realidade. Esta modificação é, manifestamente, insignificante. Estas são as opções da direita que nega a vida e a dignidade aos cidadãos, da direita que nos apresenta sucessivos orçamentos onde a rubrica Outros esconde o privilégio dos interesses privados e das políticas de gestão danosa. Esta primeira revisão dum orçamento que se apressou a destruir os serviços públicos e a negar a realidade do Município.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[075](#)

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. Eu creio que, como já disse o Sr. Presidente da Câmara, se bem entendo esta operação, trata-se de um saldo que existia na tesouraria, no final do ano, e que é preciso ingressá-lo na contabilidade do ano seguinte. Penso ser isto. Isto é uma necessidade, pois é uma receita que há que fazer equivaler a despesas, segundo as opções que foram tiradas pela Câmara. Não vêm justificadas de nenhuma maneira. Mas é uma opção da Câmara.

Esta questão suscita-me uma outra. Eu lembro-me que estivemos aqui no final do ano com um grande esforço da Câmara a tentar convencer-nos de que não havia dinheiro, que era preciso empurrar a dívida da Caixa para a frente, que não se podia pagar uma prestação. Eu posso ter algum desconhecimento de causa mas eu creio que é com dinheiro que se pagam dívidas. Não estou a ver bem qual é a justificação que a Câmara tentou trazer a dizer que não tinha meios para cumprir com o vencimento de uma prestação que se vencia da Caixa Geral de Depósitos relacionada com a amortização do empréstimo que tinha a ver com o Saneamento Financeiro. A pergunta que fica, diretamente para a Câmara, é porque é que com este dinheiro, que afinal havia em tesouraria, não foi paga a prestação? E qual o impacto que isso pode ter? Aqui não diz. Esse retardamento da prestação, afinal, deixou dívida acumulada no final do ano.

Outra questão. Se a Câmara fez, devidamente, as contas para não haver um agravamento do limite do endividamento? Isto é o mesmo que o Sr. Presidente da Câmara já referiu em relação a dois mil e doze, que disse que cortaram parte dos financiamentos, não sei quanto por mês, se isto não terá esse impacto? O Sr. Presidente pode dizer que a Câmara não pode ficar com os cofres exauridos num certo momento. No Governo até também se vê que agora tem lá uma verba de reserva para a saída limpa. Se calhar o Sr. Presidente da Câmara também queria uma saída limpa para ingressar nas despesas do ano.

Recordo, pelo que vi na comunicação social, não é que eu ande a ver as contas da Câmara, mas recordo-me que iriam ingressar nos cofres a proveniência das receitas do IMI. O IMI não estaria a fazer assim tanta falta, se calhar algum mau palpite, penso eu, uma má estimativa daquilo que seria a boa gestão financeira. Havia de chegar dinheiro do IMI e de uma outra proveniência, que eu também não sei qual é a denominação, só aprendi agora aqui o MIIPA, até fica bem, a outra verba que vem de uma proveniência que é assim uma coisa qualquer. O Sr. Presidente fará o favor de esclarecer, mas creio que é uma quantia significativa, além da do IMI. Isto vem a propósito para que o Sr. Presidente não se preparar para vir por aí agravar-nos com grandes impostos porque, na realidade, comparando receitas que a Câmara vem tendo, é certo que agora teve receitas menores nas taxas do urbanismo, etc., mas vem tendo receitas que vão crescendo, e cada vez crescem mais, de acordo com as atualizações que os contribuintes vão pagando do IMI. A receita do IMI vai sendo, todos os anos, cada vez maior.

Isto agora também numa lógica, numa estratégia de munícipe e de defensor dos aveirenses, e de indução para não termos agravamentos de impostos, o Sr. Presidente deve ter em consideração, em vez de estar a pagar juros como fez agora com a Caixa retrazando a amortização, também não foi de graça porque a Caixa carregou nos juros, que deveria aproveitar este dinheiro que estava lá, o do IMI que está para chegar e o da outra sigla que também estaria para chegar.

Eram estas as questões que eu deixava, porque se, realmente, o Sr. Presidente recebeu esse dinheiro, se afinal esta verba era absolutamente necessária para impossibilitar a

Câmara e andar a gerar uma imagem de dificuldade para com o credor. Quando a gente mostra fraqueza perante o credor... quando me pedem dinheiro emprestado para não me pagarem, não é preciso ser dos livros, é da experiência da vida, esse indivíduo não é fiável. Digo eu. Não se vá ofender, Sr. Presidente. Este indivíduo é o meu interlocutor imaginário. Esse indivíduo não é de fiar porque também não paga e, portanto, se não paga eu não lhe empresto mais.

Se era preciso esse esforço e essas diligências todas que o Sr. Presidente disse que, com a sua influência, iria fazer junto da Caixa Geral de Depósitos, tendo lá este dinheirinho todo?”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁷⁶

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁷

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. A abordagem do PS a este ponto é feita de um ângulo diferente em relação às intervenções anteriores, para colocar duas questões objetivas. A primeira diz respeito à diferença entre revisão orçamental e alteração orçamental. São duas questões relevantes porque, do ponto de vista da legalidade, têm procedimentos diferentes. Da nossa consulta dos documentos não se percebe porque é que é uma revisão e não é uma alteração. Pressupomos pela leitura que fazemos do ponto oito ponto três ponto um ponto três do POCAL, que por estarmos perante uma modificação do Orçamento no sentido do aumento global da despesa, em virtude da passagem dos dinheiros da anterior gerência, que é, por essa razão, que é uma revisão e não uma alteração orçamental.

O documento da Divisão Económico-Financeira não esclarece, apenas diz que estamos em face de uma, e cito, «de um reforço no Orçamento da despesa por conta dos compromissos». É relativamente aberta esta indicação, não concretiza, nem nos dá nenhuma pista sobre qual a opção, em termos da norma legal que é aqui aplicável, para se optar pela revisão. Do nosso ponto de vista é útil à discussão, e ao esclarecimento, que se possa dar a informação correta em relação a esta matéria.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁸

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. O Filipe Guerra colocou várias questões sobre a justificação. Basicamente, a opção que tomámos foi de reforçar as dotações e rubricas, quer na despesa corrente, quer na de capital, onde temos uma previsão objetiva de as tais despesas, as tais dívidas, do Capítulo IV do nosso Relatório de Gestão terem de incorporar a conta e nós temos que cuidar de dotação para as pagar. Portanto, dos onze vírgula um milhões de euros. Entendemos tomar este caminho, tomar esta opção para podermos vir a ter preparado o instrumento de gestão financeira, para honrarmos alguns desses compromissos. Obviamente que mesmo que, um dia, venhamos a ter dinheiro temos que ter um instrumento preparado para poder fazer o devido pagamento. A lógica que seguimos, em qualquer uma das referências que fez, foi esta. Foi criar um espaço em termos de cabimento orçamental para virmos a pagar uma parte, obviamente, no caso, pequena, mas é uma parte das dívidas que estão cadastradas em sede de auditoria, e que estão elencadas no tal Capítulo IV do documento de gestão.

Dr. Jorge Nascimento, para lhe dar a seguinte nota. O processo que fizemos permiti-nos resolver um problema grave que tínhamos sobre novembro. Nós tínhamos que ter uma solução para termos condição de fazermos os pagamentos de novembro, e a negociação e o acordo que construímos com a Caixa cumpriu esse objetivo.

Independentemente de depois podermos ter conseguido, era previsível, não tínhamos a noção exacta mas era previsível, que pudéssemos dobrar o ano com um saldo e, nomeadamente, por força da entrada nos últimos dias do valor do IMI da última transferência. Nós já tínhamos o nosso problema resolvido, já tínhamos arranjado solução para o problema da falta de capacidade financeira objetiva, real, de pagarmos ordenados e subsídios, relembro que tínhamos ordenados e subsídios para pagar, sobre novembro. Pela operação com a Caixa conseguimos resolver essa situação e arriscámos bem, com essa previsão, era previsível que o Estado, o Ministério das Finanças, não transferisse a última tranche do IMI, era possível mas altamente improvável, porque, em regra, o Ministério das Finanças não falha nessa transferência. Apenas que isso não nos resolvia nem o problema dos ordenados de novembro, nem sequer o problema os ordenados de dezembro porque o seu pagamento foi anterior à chegada do valor do IMI. Portanto, tem apenas a ver com esta operação previsível, repito, quando foi feita ela era previsível, mas que nos permitiu resolver um problema que tínhamos objectivamente em sede de tesouraria, e passar o ano com esta folga, folga essa que na tesouraria se perdeu rapidamente na execução de janeiro, fevereiro e março, como é fácil de constatar, dado que também essa relação da receita no início do ano é, em regra, mais baixa do que o normal. Este nosso excesso de tesouraria, com as devidas aspás, permitiu-nos gerir de forma equilibrada a nossa satisfação da despesa primária, que é como lhe gostamos de chamar, nomeadamente os ordenados aos nossos funcionários nestes quatro primeiros meses do ano, sabendo que o nosso próximo pico de receita, embora também coincida com o pico de despesa, é exatamente neste mês de maio com a chegada da primeira transferência de IMI. Julgo que a outra verba que se referirá terá a ver com a retribuição da AdRA, eventualmente terá a ver com isso. Obviamente como receita que foi chegada foi também partida na estrutura de pagamentos que se fez naquela fase do ano. Pressuponho que essa referência que terá, na sua memória, tem a ver com essa receita que derivou do fim do último pagamento da retribuição da AdRA que era devido ao Município.

Em relação à questão do Dr. Marques Pereira, essa é a nossa perspectiva de que, em termos legais, a integração do saldo tem a ver com o procedimento de revisão e não o procedimento de alteração. Compreenderá se a nossa leitura da lei fosse contrária qual seria o problema, mas é a leitura que temos da lei é que é o procedimento de revisão que deve ser usado para fazer a integração do saldo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁹

“Francamente e assumindo as veracidades. Da sua resposta, aquilo que eu depreendi foi que as cabimentações que agora se fazem, havia a divisão entre a despesa de capital e a corrente, mas a cabimentação que aqui está é essencialmente para a resolução de problemas anteriores. Pareceu-me que foi isso que disse.

Segundo, há uma questão à qual não respondeu, mas que de qualquer forma eventualmente poderá querer dizer agora se aquilo que o PCP sugeriu está correto ou errado, mas a ideia que fica é que houve uma aprovação, em reunião de Câmara, daquilo que é a revisão das contas para dois mil e catorze, previamente à aprovação das próprias contas pela Assembleia Municipal de Aveiro. Verdade ou mentira? Se for verdade o que acabo de dizer é, de facto, institucionalmente, deselegante.”

Vogal Odete Costa (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[080](#)

“O Bloco volta a reforçar a questão, porque é que no reforço da despesa de capital para os assuntos da acção social apenas está contemplado um reforço de trinta e dois mil euros.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[081](#)

“Telegraficamente só para dizer que, de facto, não é irrelevante, até pelo ponto de vista da discussão política, se o procedimento é uma alteração ou uma revisão. Não nos queremos prender a formalismos e nem a pequenas minudências de leitura da lei. Parece-nos, da leitura que fizemos do POCAL, que estamos, de facto, perante uma revisão orçamental, em face até da burocracia, ou da boa burocracia, que V. Exa. apresenta aqui nos documentos. E eles refletem opções políticas, dada a distribuição que faz pelas rubricas. E, portanto, desse ponto de vista e como a discussão política do Orçamento, para o PS, está feita no momento próprio, nós não vamos fazê-la aqui. Mas, do nosso ponto de vista, não é irrelevante do ponto de vista político estarmos perante uma alteração orçamental e uma revisão orçamental, como é evidente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[082](#)

“Só para uma nota ao Filipe Guerra por não ter respondido à questão. Eu vejo isto com naturalidade. A Câmara aprovou um conjunto de matérias, de que a conta foi uma delas e a revisão foi outra delas, por essa ordem, mandou para a Assembleia também por essa ordem. Sinceramente não vejo onde esteja aqui alguma deselegância institucional. Vamos pressupor que a Assembleia não aprovaria a conta, a revisão manter-se-ia em absoluto. O ato político-formal de chumbar uma conta não interfere em nada na execução do Orçamento. São duas matérias distintas. A Assembleia podia ter chumbado a conta que não retirava em nada a proposta de revisão ao Orçamento para dois mil e catorze, que é aquilo que está aqui em causa. Em primeira instância deixar claro que não houve qualquer deselegância, transpusemos para a Assembleia aquilo que aconteceu na reunião de Câmara, por um lado, e, por outro lado, se a Assembleia tivesse entendido chumbar a conta manter-se-ia, com plena legitimidade legal e política, este ponto na ordem de trabalhos que estamos aqui a tratar.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação[083](#) **Ponto 7. — Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento CMA 2014, sendo aprovado por maioria, com vinte quatro votos a favor (PSD15+CDS6+IND3), oito abstenções (PS7+PCP1), e um voto contra (BE1).**

Seguiram-se as declarações de voto, nos termos regimentais, dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):[084](#)

“O PCP faz da sua declaração de voto as primeiras e segundas intervenções neste ponto e acrescenta as nossas reservas em relação àquilo que é o Orçamento da autarquia. Portanto as nossas reservas de posição de fundo, mas ao documento e em face das explicações dadas consideramos a abstenção a nossa posição política.”

Vogal Odete Costa (BE):[085](#)

“O Bloco de esquerda vota contra esta revisão, pois esta revisão pressupõe a continuidade do mau Orçamento, das opções políticas no Orçamento com as quais não comungamos. Este continua a ser um Orçamento que não responde às necessidades da população.”

PONTO 8. - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO (RUMA)

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Presidente da Mesa:[086](#)

“Neste ponto tenho a indicação da vereação de que se trata apenas de um pedido de apreciação do regulamento urbanístico do município de Aveiro. Dou a palavra ao senhor Presidente que poderá explicar concretamente.”

Vogal Marques Pereira (PS):[087](#)

“Senhor Presidente, se Vexa permite, que é o seguinte: estão agendadas sete propostas de regulamento, sendo que só esta proposta que Vexa acabou de referir, foi votada na Câmara Municipal para ir para apreciação pública. Todas as outras não foram! E segundo quero crer irão ser votadas e apreciadas na sua versão final nesta assembleia. Do nosso ponto de vista, do ponto de vista jurídico, esse não é o procedimento correto. Debruçar-nos-emos na questão política, mas do ponto de vista jurídico parece-nos que não é o procedimento correto.

Nós estivemos a analisar a lei com muito cuidado e os artigos que estão em causa são os artigos 116,117, e 118 do Código Procedimento Administrativo e também os artigos 33 das competências da Câmara e o artigo 25 das competências da Assembleia Municipal, que se referem da Lei 75/2013.

Se V. Exa assim o entender, parece-nos prudente que se façam duas coisas. A primeira que se pudesse interromper os trabalhos por cinco minutos e pudéssemos todos conversar em reservado sobre a melhor forma de aqui podermos discutir todos estes regulamentos. Até porque um passado muito recente nos ensinou a todos o que é discutir dezoito propostas de regulamento da forma como elas hoje vem aqui hoje agendadas. É só uma questão de número, mas o tipo de discussão que vamos ter vai ser aquela que é a todos títulos inadequada de discutir desta forma num plenário.

A segunda proposta era que, enfim, numa ad-hoc comissão permanente, visto o regimento agora não contemplar, estes documentos pudessem ser analisados por todos e se evitasse uma discussão fastidiosa, inadequada, de articulados imensos em que não há produção nenhuma útil para o executivo em melhorar aqui os documentos que são trazidos — e eu não acho que esse deva ser o papel da assembleia municipal.

E portanto, se Vexa assim o entender e os outros grupos parlamentares, seria útil fazermos uma pausa e combinássemos a forma mais útil de pormos estes documentos à discussão. O passado recente, volto a apelar, ensinou-nos que esta é a metodologia errada de fazer isto.”

Vogal Filipe Guerra (PCP):[088](#)

“Senhor Presidente, muito breve. O Deputado Marques Pereira colocou aqui questões com muita pertinência. Na nossa ordem do dia está aqui colocado os regulamentos com

apreciação e votação (vários). Estes documentos carecem de audição dos interessados de acordo com o artigo 117.º do CPA. Ora, não será só isso, mas isto é uma questão que basta, isto é um incidente procedimental que obstaculiza à votação. Logo à partida se for aprovado ficarão feridos — chamamos à atenção para isso. Acho que o Senhor Presidente de Câmara devia dizer alguma coisa sobre isto. Afinal, como é que podemos estar a votar coisas em que as obrigações legais não decorrem!”

Presidente da Mesa⁰⁸⁹

“Agradecia que a Câmara respondesse à questão jurídica levantada. E relativamente ao tema da organização dos trabalhos parece-me pertinente a proposta do partido socialista e, portanto, não sei se chegaremos a acordo, mas pelo menos vale apenas parar e verificar isso mesmo. Senhor Presidente, relativamente à questão de substância.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁰

“Permitam-me o seguinte. Eu acho que o que vale a pena é trabalharmos bem e depressa, é decidirmos, aprovarmos os regulamentos, andarmos para frente. Eu não vejo nenhum fastio em discussões desta natureza, quer dizer. Temos um regulamento, temos posições, discutimos, votamos, e vamos para a frente. Sinceramente estamos a prendermo-nos muito em questões de forma. Obviamente que a nossa posição está tratada. Apenas houve um equívoco de comunicação entre mim próprio e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referente à forma assumida do ponto 8. Como neste regulamento entendemos que se deve proceder à audiência dos interessados, não vinha para ser apreciado e votado, solicitámos a sua inscrição basicamente para dar nota à assembleia de que temos um regulamento, uma proposta de regulamento nova, que vai ter esse processo de audiência dos interessados, para a assembleia saber dele formalmente e portanto poder acompanhá-lo mais de perto. É ele próprio um regulamento mais delicado, mais complexo, técnica e politicamente, com alterações mais profundas e, portanto, a inscrição foi neste sentido, apenas houve um equívoco de que sou eu o responsável na transposição de proposta de agenda para a assembleia municipal.

Obviamente, discutimos isto na Câmara, que o nosso entendimento da Lei, nosso, do executivo, dos nossos serviços, é este. É que o regulamento urbanístico carece de audiência dos interessados e os outros não carecem. Pronto, este é o nosso entendimento objetivo da Lei. É evidente que agora podemos aqui passar a noite toda a discutir o 115 e o 112 e o que quiserem. Com certeza.

Sumariando. Nós não estamos aqui para dar pareceres jurídicos, estamos aqui para tomar decisões políticas, a nossa leitura é esta. Trazemos a proposta regulamento urbanístico para dar conhecimento à Assembleia que ela existe e que vai ser alvo de discussão pública e depois cá voltará. Aliás, assumimos o compromisso com os senhores vereadores do partido socialista no executivo, de mesmo que não haja qualquer participação pública ou qualquer proposta, que a acontecer dispensava que o documento voltasse à Câmara, assumimos o compromisso que em qualquer circunstância ele voltará ao executivo municipal.

Quanto aos outros regulamentos o nosso entendimento jurídico é clara. É evidente que como todos temos consciência, discussões sobre a lei, enfim, são eternas se quisermos, mas esta é a nossa posição clara do executivo e dos serviços que nos apoiam e que conosco trabalharam nesta matéria. E portanto este é o resultado final.

Senhor Presidente, obviamente estaremos ao dispor da assembleia para qualquer metodologia. Solicitámos contributos a toda a gente, a quem os quis dar, temos propostas fechadas, prontas para serem apreciadas e discutidas politicamente e votadas — e temos pressa. Porque os regulamentos já fazem parte da reforma, queremos acabar com a taxa turística, temos um conjunto vasto de decisões para tomar e portanto queremos andar para a frente.

Obviamente que no nosso entendimento o exercício de debate chega e sobra. Obviamente que se a assembleia entende que há um outro qualquer exercício, enfim, agradecíamos que não tomasse muito mais tempo que o exercício normal.

Obviamente que da nossa parte eu próprio e os senhores vereadores que trabalharam nestas matérias estamos obviamente ao dispor.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁹¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁹²

Presidente da Mesa⁰⁹³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁹⁴

Presidente da Mesa⁰⁹⁵

“Senhores deputados se percebi (e o senhor Presidente que me corrija se for o caso), esta escolha foi política. Ou seja, há uma primeira discussão aqui em sede de assembleia municipal, depois há a auscultação, e depois haverá o verdadeiro procedimento deliberativo desta assembleia, uma vez realizada essa auscultação. Portanto é uma opção política que respeito e aceitei. Portanto a minha sugestão é que se procedesse a esta apreciação política e depois enfim, encerraremos os trabalhos e marcaremos a próxima reunião.”

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁶

“Senhor Presidente vamos lá acabar com os equívocos. Nós não queremos fazer a apreciação substantiva. O objetivo deste agendamento foi dizer à assembleia municipal que a Câmara aprovou este regulamento, que este regulamento sujeita-se a audição pública, que achamos importante que a assembleia saiba formalmente disto, que diga algo, se entender que tem algo para dizer, agora. No fundo temos a possibilidade de ter uma reflexão e um debate muito mais longo numa matéria que é particularmente complexa em termos técnicos e em termos políticos de um regulamento que tem nuances profundas em relação ao regulamento que está em vigor. Portanto, este pedido de agendamento é no fundo um alerta formal à assembleia, sabendo que a apreciação pode sair eventualmente enriquecida com participações que o executivo entenda pertinente para melhorar o documento. Obviamente que cá virá. Julgo que essa questão é muito importante.

O Regulamento é uma peça complexa, altera profundamente algumas lógicas, depois tem de ser visto de forma delicada no que respeita às taxas que estão em causa, enfim, em relação às operações de licenciamento que regulamento regulamenta. Dando esta nota de alerta, damos esta nota dada a complexidade, eu próprio e o vereador Jorge Campino que foi quem mais lidou com este regulamento, estamos ao dispor para que nesta fase de estudo, de acompanhamento, da audição pública e da preparação da tal audição de debate político e de votação que aqui teremos daqui a um mês ou mês e

meio. Enfim, estamos ao dispor para trabalhar convosco este regulamento que repito tem alterações profundas e tem complexidades particulares.

Portanto o objetivo deste nosso ponto, desta solicitação ao senhor Presidente da Assembleia, que agradecemos, obviamente, é esta chamada formal de atenção estando obviamente disponível para alguma questão que queiram colocar nesta ambiência.

Quanto aos outros regulamentos todos, enfim, é evidente que metodologias diferentes tudo bem. Eu julgo que o partido socialista tem aqui uma grande preocupação de uma discussão jurídica sobre se isto tem que ter ou não audiência dos interessados. A nossa análise aí é clara e fechada — não tem que ter. Temos é que seguir para a frente para aprovar os documentos e pô-los em vigor que bem precisamos.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁹⁷

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁹⁸

Vogal Odete Costa (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹⁹

“Bem, de facto parece-nos um pouco estranho quando discutimos aqui a questão do tempo face a uma dupla apreciação deste regulamento! Privilegiamos obviamente a audição pública e independentemente da questão jurídica consideramos que ela deve ser feita. Agora aguardamos de facto que essa votação seja feita aqui depois dessa apreciação pública.

Quanto ao documento, um ponto mais político do mesmo, gostaria de dizer que consideramos inédito esta empreitada de alteração de regulamentos, gostaríamos até de lhe perguntar senhor Presidente Ribau Esteves se este é o novo espaço de ação da Câmara a alteração dos regulamento assim todos de empreitada. Este regulamento em causa parece-nos a nós que não mexe com o essencial porque os problemas do ordenamento urbanístico não se resolvem apenas com burocracia e não se resolvem também sem a consulta popular prévia. Por isso é que pensamos que o documento podia ser discutido após isso.

Para a resolução dos problemas urbanísticos é necessária ação. Vejamos, neste sentido eu gostaria de questionar a autarquia o que é que prevê fazer quanto ao prédio da avenida, por exemplo, que por exceder a altura regulamentar continua por acabar. Já caiu um vereador, já caiu um executivo, mas não caíem os andares e a situação continua por resolver.

E quando falamos em qualificação e requalificação dos espaços públicos, devemos falar também no interesse público. E nesse sentido consideramos que as mais-valias urbanísticas devem ser cativadas para a esfera pública. E o regulamento deveria prever e agilizar tudo o que a legislação nacional já permite. Ou seja, a intervenção da Câmara Municipal na reabilitação urbana quando falamos em casos como estes do prédio que já referi ou em situações de prédios devolutos ou em situações de prédios em ruínas e também dos espaços verdes. E para já é tudo.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:¹⁰⁰

“Senhor Presidente, eu também acho que tem o seu quê de inútil esta discussão. Porque o que é que deve estar primeiro. Os documentos que vão à discussão pública, em regra, é a autarquia que aprova, pública, depois a opinião pública emite a sua opinião e a seguir voltam ao órgão próprio e depois vêm à Assembleia.

Agora estarmos já a discutir isto é duplicação de tempo! Pronto. Mas independente disso é uma questão de forma, também não há nada que proíba que seja assim, não é.

Não parece é natural! Mas também não parece natural outra coisa. Quando alguém que gere os destinos públicos e que tem impacto no cidadão em geral, nas opções até de quem vem de fora e pode escolher o município de Aveiro em vez de escolher outro, pendo que o documento devia vir acompanhado de um objetivo económico. E depois trazer um quadro onde diga em que é que o município melhora ou piora na sua ligação ao cidadão. Porque isto de dizer assim, mudar por mudar, às vezes muda-se para pior.

Eu recorde que no anterior, quando se aplicou o regulamento de taxas urbanísticas, isso teve um efeito negativo e começaram a optar por ir construir a outro sítio. E o investidor deixou de ir para Aveiro e foi para outro lado. Quer dizer, as fórmulas foram de tal maneira gravosas que depois se demonstrou um impacto direto nos lotes de terreno que a Câmara queria fazer. Quando a pessoa depois ia para comprar um lote de terreno, fazia contas dizia assim: não interessa. É obvio as pessoas fazem contas, veem o impacto. E depois a Câmara teve de andar aí com isenções, com remendos. Eu penso que devia ser sustentado logo nessa parte, um estudo, onde se apresentasse uma plausibilidade, uma prospeção. Mas não. O documento vem acompanhado de nada! E depois saber também os efeitos que isso teria nos desenvolvimentos.

Hoje o quadro é outro, sabe-se perfeitamente, no que respeita naquilo que era por excelência a grande receita do município, que eram as taxas de urbanização e edificação. E fosse nessa medida que teve um impacto grande que outrora teve uma negatividade, mas hoje sabe-se que a procura deste tipo de serviço que a Câmara presta está reduzido. O quadro factual é completamente diferente do que era há anos. E vai ser bem diferente, não é. Portanto há que aproveitar todas as migalhas. O município de Aveiro não pode agora dizer, se vai actualizar tem de estudar, tem de auscultar não a opinião pública do cidadão, mas consultar as organizações diretamente. Por exemplo dirigir-se aos organismos que agregam os empresários da construção civil, por exemplo. Este não pode ser um documento feito unilateralmente e apresentado como bom ou mau, quando não tem nenhum estudo atrás.

Penso que deveria começar por aí e não ser coisa assim de um jeito de as pessoas ficarem a pensar (o senhor presidente não se ofenda), de ser coisa feita sobre o joelho. E nada pior para uma organização como é o município de estas coisas que acabam por desprestigiar e serem contraproducentes. E o pior que pode acontecer é criar-se uma norma que em vez de ser catalisadora afastadora. É isso. Preocupa-me esta situação e queria saber do senhor presidente se realmente esses estudos foram feitos? Onde é que tirou o modelo, que estudos comparativos fez, que áreas semelhantes aqui ou lá fora, já que o senhor presidente agora tem contactos com o exterior. Portanto o que é que recolheu lá fora que possa aproveitar aqui. Isso é importante, não é. Nada disso nos é dito. E é isso que nos preocupa. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)¹⁰¹

Vogal Marques Pereira (PS)¹⁰²

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:¹⁰³

“Senhor presidente, eu gostaria que nós pudéssemos ter uma discussão eficiente de algo que é muito importante para o funcionamento do município. A hora tardia em que nos encontramos impede-nos de discutir seja o que for como o senhor Presidente já reconheceu.

Portanto eu concordo em princípio com uma conferência de líderes seguida ao encerramento destes trabalhos, para se determinar a metodologia que vamos adotar para a discussão dos regulamentos a fazer na próxima reunião desta sessão que certamente já estará na cabeça do Senhor Presidente para fazer.

Portanto não se podendo atrasar a aprovação dos regulamentos pelo impacto que isso tem no funcionamento da Câmara e do município, e por outro lado, procurando ser expedito, uma discussão a seguir a estes trabalhos é seguramente a melhor maneira de nós encontrarmos a solução para que esteja tudo pronto para a próxima reunião para ver se aprovamos na próxima reunião.

Eu tenho algum receio, perante algumas intervenções que aqui ouvi, nós não conseguimos acabar, a menos que tenhamos a metodologia adequada, não conseguimos acabar esta discussão na próxima reunião — esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto. Eu reforço o pedido que o Senhor Presidente da Assembleia fez ao Senhor Presidente da Câmara, de nos arranjar um parecer jurídico escrito acerca da necessidade ou não necessidade de consulta pública. Esse reforço é tanto maior quanto eu não ser jurista e precisar de me basear em pareceres de especialista para tomar decisão e poder informar a bancada e discutir o que podemos fazer a seguir.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:¹⁰⁴

“Senhor Presidente muito obrigado. Vejam lá o ganho de causa que tínhamos tido se tivéssemos ocupado esta hora a discutir o regulamento. É evidente que seria um problema porque a esmagadora maioria dos membros nem sequer o leu! E teríamos seguramente um problema substantivo. Mas vejam lá o ganho de causa se tivéssemos estado uma hora a discutir este importantíssimo regulamento. Que vai baixar taxas de licenciamento, que vai passar de quatro zonas a duas, que vai criar mecanismos regulamentarmente sustentáveis para os regimes de isenção e de redução, para o pagamento a prestações, etc.

Vejam lá o ganho de causa se em vez da conversa que tivemos até aqui agradabilíssima com certeza, mas absolutamente inconsequente sobre as opções principais, não é preciso estar a ver tudo e mais alguma coisa que a proposta altera. Tínhamos tido um ganho de causa notável, mas obviamente que não é necessariamente isso que interessa. É estarmos aqui mais uma noite, e mais duas, e mais três. E agora vamos discutir o método quando o método está discutido!?! Há uma proposta da Câmara clara e cristalina. Votada por larga maioria, está presente à assembleia, há um regimento, siga, cumpramos e vamos embora para a frente. Se vamos continuar a discutir a forma, e a forma, mais uma reunião e mais outra reunião, à pois com certeza nós cá estaremos todas as noites que forem precisas, mas de facto a nossa produtividade vai estar em patamares muito baixos.

Deixar claro algumas matérias. À Odete dizer-lhe que as matérias do ordenamento não se resolvem com este regulamento. As matérias de ordenamento assentam no Plano Director Municipal fundamentalmente e noutros instrumentos de planeamento que não este regulamento.

Este regulamento não é a esse nível instrumento de manuseamento do ordenamento. E o exemplo que deu é exatamente isso. O tal famoso prédio da Avenida como lhe chamou não tem nada a ver com este regulamento. Tem a ver com a interpretação do regulamento do PDM, sobre se aquela cêrcea usou ou não usou a chamada cêrcea dominante.

E foi a abordagem a essa referência que está determinada no regulamento do PDM que criou o problema que criou. Porque há quem ache que sim senhor aquilo cumpre a cêrcea dominante e houve quem achasse exatamente o contrário que não senhora, não cumpre. Alias, e qualquer um de nós se olhar para lá sabe que é discutível isso. E pode-se achar que cumpre ou pode achar-se que não cumpre. E o cerne desta questão é tão

só essa, não tem nada a ver com este regulamento. Tem a ver com o Plano Director Municipal. É o que é como lhe estou a tentar referenciar.

Dr. Jorge Nascimento. É evidente que vocês têm de trabalhar. O senhor tem de trabalhar. Quer fazer a evolução pega no regulamento anterior, estuda-o. Pega na proposta estuda-a, compara-a e tira as suas conclusões.

Ainda por cima nós estamos sempre mal com algumas pessoas. Se nós trouxermos para aqui o documento muito digerido e muito e muito concluído, seguramente alguém que diz: a Câmara está a condicionar a assembleia, quer nós tiremos as conclusão x e a conclusão y.

Se damos todo este espaço de abertura, de participação, de recepção de propostas, que já vai o tempo. Nós pedimos propostas de alteração regulamentar em Dezembro. Em meados de Dezembro. Sabem quantas recebemos? Zero.

Obviamente com os grupos que apoiam a maioria obviamente trabalhámos com eles a construção dos próprios documentos como é óbvio, naquilo que é a nossa relação de trabalho de equipa. Mas deixar isto claro de que ficaremos sempre mal.

Agora, estudem-no vocês. Peguem no regulamento que temos, comparem com a proposta e obviamente é muito fácil cadastrar as diferenças, as principais, não é preciso estar lá a estudar as vírgulas como é evidente. Há de facto nuances principais.

Quando à matéria da legalidade. Vamos lá dar-vos o parecer, como disse o Dr. Jorge Nascimento e bem, para que lado queremos o parecer. Nestas matérias obviamente há teses para todo o lado. E portanto a nossa tese está devidamente consolidada e é a que é. É vidente, ouçam lá: se a nossa leitura da lei fosse de que tem que haver audiência, pois com certeza que havia audiência. Mas qual é o problema disso. Assim como no RUMA há audiência, se o nosso entendimento é que não há, não há. Não há aqui questão nenhuma. Fazemos construções em situações que são absolutamente simples. Absolutamente simples. Se nós em vez deste processo de decisão de Câmara e decisão de Assembleia Municipal, tivéssemos também que ter, como neste caso entendemos ter, audições dos interessados, qual é o problema disto? Infelizmente, repito a palavra, infelizmente, os índices de participação dos cidadãos, associações, empresários, das empresas, neste tipo de processos é ligeiramente superior a zero. Disse o Dr. Marques Pereira e bem, isso não é exatamente importante. Importante é dar a oportunidade. Concordo. Agora não inventemos as questões. Interpretar cada um interpreta à sua maneira, como juristas que todos somos um pouco, na prática da nossa vida como gestores e alguns que o são mesmo, sabeis bem que as interpretações da lei, enfim, têm de facto uma diversidade incomensurável. Nós levámos à Câmara a nossa interpretação da lei, clara. Clara! E tivemos pena que na Câmara também não recebemos nenhuma proposta desde dezembro, e não tivemos debate. As nossas propostas não tiveram debate independente de ter sujeitas ou não a audiência prévia. Nós gostávamos que tivessem tido debate. Não houve debate.

Agora esta é uma atitude objetiva, concreta. Dizer que só vamos a meio da empreitada. Nós temos ainda um conjunto de regulamentos que estão em processo de produção e nós temos também a convicção absoluta de que os objetivos da simplificação, da redução do número de regulamentos, são objetivos muito importantes que estamos a concretizar com esta operação. Sabendo que temos de facto pressa nalguns deles. Seguramente RMTOR é um deles. Se estudaram o RMTOR verificar que não muda nada em termos de estrutura do regulamento. A estrutura do regulamento que é muito importante, tem lá as novas taxas todas, não muda. Agora temos coisas tão importantes quanto isto. Sabem que não podemos isentar uma associação por uma licença de utilização de espaço público ao abrigo do nosso regulamento? Nós queremos isentar uma escola de uma licença de fazer uma corrida na estrada, queremos isentar uma

associação de pagar a taxa de utilizar a praça para fazer um festival de folclore — não podemos isentar o regulamento não deixa! Deixa no máximo dar um desconto de oitenta por cento. Ou então termos de fazer jogos formais de uma comissão de festas, que tem uma comissão de festa religiosa e é assumida por uma outra entidade pública para fazer de conta que é sua titular para não pagar a taxa, porque o nosso regulamento inacreditavelmente não deixa isentar — como nós queremos isentar as festas religiosas de taxas de licenciamento. E como não pode a malta faz uns truques que são inadmissíveis, quem os faz não gosta de os fazer, mas pronto vamos lá cobrar a taxa para a festa religiosa, enfim.

São coisas destas que queremos mudar no regulamento. Em termos estruturais é seguramente daqueles que estamos a rever aquele que muda menos. Portanto são coisas deste género que acho que é muito útil discutirmo-las naquilo que o regimento nos permite discutir, tomarmos decisões, e seguir para o seguinte e acabarmos a ordem de trabalhos e começarmos a preparar a assembleia próxima que vai ter matérias importantíssimas para discutirmos e para decidirmos. Muito obrigado.”

No prosseguimento dos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, o Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro (RUMA) foi apenas apreciado pelo plenário.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa¹⁰⁵

Vogal Marques Pereira (PS)¹⁰⁶

Presidente da Mesa¹⁰⁷

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada¹⁰⁸ a terceira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 08 de Maio (5.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:45 horas do dia 03 de Maio de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)